

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE
DOIS MIL E SEIS**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – Exposição do Sr. Presidente da Câmara; -----

-----**DOIS** – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2005; -----

-----**TRÊS** – Pedido de Autorização de Celebração de Protocolo de Amizade e Cooperação entre o Município de Alijó (Portugal) e o Governo da Província de Lunda Sul (Angola); -----

-----**QUATRO** – Pedido de Aprovação da 5.^a Modificação a que corresponde a 2.^a Revisão aos Documentos Previsionais de 2006; -----

-----**CINCO** – Pedido de Aprovação da Carta Educativa; -----

-----**SEIS** – Pedido de Aprovação da Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte; -----

-----Na ausência do **PRESIDENTE DA MESA**, o Sr. Humberto João Barbosa dos Santos, assume o lugar e convida o Sr. Deputado Daniel Jorge Quintas Magalhães, a assumir o lugar de segundo Secretário. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá início aos trabalhos acompanhado pela Primeira Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira e pelo segundo Secretário Sr. Deputado Daniel Jorge Quintas Magalhães. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivos injustificados os seguintes Deputados: José Manuel Lourenço Brás e faltaram ainda por motivos justificados os seguintes Srs.

Deputados: Joaquim Alberto de Oliveira Cerca, José Luís Pinto Guimarães Barros e Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** dá conhecimento de um ofício enviado pela Junta de Freguesia de Ribalonga, comunicando que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Francisco Inácio Carmo dos Santos, se faz representar pelo seu Tesoureiro, António Inácio dos Santos. Dá ainda conhecimento de uma Declaração proveniente da Junta de Freguesia de Santa Eugénia informando que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia, Fátima Maria Henrique de Barros, se faz representar pela sua Tesoureira, Alzira da Conceição Rodrigues Martins Alves. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 24 de Fevereiro de 2006 e abre o Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Faz referência à página 45 da Acta, onde se lê “alteração turística” deve ler-se “atração turística”. -----

-----**DEPUTADO DOMINGOS AURÉLIO:** Faz apenas referência a alguns “erros de simpatia” que se encontram na presente Acta. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a referida Acta a votação, sendo a mesma aprovada por 29 votos a favor e 01 abstenção. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Faz Declaração de Voto, justificando a sua abstenção pela ausência na Sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 24 de Fevereiro de 2006. -----

-----De seguida, **O PRESIDENTE DA MESA**, dá início ao Período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo o Período de Inscrições. Usaram da palavra os Seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Expressa a sua indignação pela forma como a Freguesia de Favaios, a qual tem a honra de representar, está a ser tratada pela EDP. Informa que desde o dia 01 de Março que de forma contínua tem comunicado várias avarias existentes na iluminação pública e a resposta é sempre a mesma: “no prazo de 10 dias, a avaria será reparada”. Informa que os 10 dias se transformaram em meses e as avarias continuam por reparar. A EDP permite-se brincar com todos e não há ninguém que faça algo para alterar esta situação. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, por quanto tempo mais, vão assistir impávidos e serenos a esta falta de

respeito pelas populações. Pede que mais uma vez interceda para pôr cobro ao que considera ser um grave atropelo aos direitos dos cidadãos. Solicita ainda ao Sr. Presidente da Câmara se digne informar qual o ponto de situação dos novos pontos de luz e melhoria da rede existente na Freguesia de Favaios. Aborda uma notícia publicada no JN do dia 05 de Abril, que aborda a remoção de lixos no Alto Douro, que lê e se transcreve na íntegra: «Remoção de lixeiras no Alto Douro. A primeira operação de remoção de lixos no Alto Douro e resíduos no Douro Património Mundial, começa este mês e estará concluída até ao Verão, devendo custar 1,6 milhões de euros. Segundo fonte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte, o plano de remoção de resíduos, limpeza de linhas de água e recuperação de áreas do Alto Douro Vinhateiro classificado pela UNESCO em 2001, inicia-se este mês nos Concelhos de Lamego e Armamar. Posteriormente serão intervencionados os Concelhos de Alijó, Mesão Frio, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Peso da Régua, Carrazeda de Ansiães, S. João da Pesqueira e Tabuaço. O projecto Erradicação das Dissonâncias Ambientais do Alto Douro Vinhateiro resultou de um estudo promovido pela empresa de consultadoria TECNOPOR e que teve um objectivo: identificação de pontos negros e elaboração de propostas de reabilitação paisagística para os treze concelhos que integram o Douro Património Mundial.» Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que se pronuncie sobre esta temática, nomeadamente o que está previsto com esta acção em termos de melhoria das condições ambientais no Concelho de Alijó. Solicita ainda que seja informado sobre quem é a entidade responsável pelo mau estado em que se encontra a estrada que liga Favaios a Alijó, nomeadamente no troço compreendido entre a igreja de Favaios e Granja; se a Câmara Municipal de Alijó já tomou alguma iniciativa no sentido de alterar a situação. Crê que todos concordam que esta é uma situação insustentável que dura há vários meses e que não há quem olhe pela vida de muitos cidadãos que ali circulam diariamente. Espera que não tenham que lamentar algum acidente grave que ali poderá ocorrer a todo o momento. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que pressione os responsáveis para que a situação seja resolvida com a maior brevidade possível. -----

-----**DEPUTADO BALTAZAR BULAS:** Solicita ser esclarecido sobre a Barragem do Tua. Qual a situação em que se encontra a mesma e se o Sr. Presidente da Câmara tem em vista reunir

com os lavradores de Carlão, pois a barragem irá submergir os olivais e vinhas que se encontram ao lado do rio Tua. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que o elucide sobre o requerimento apresentado na Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro e elementos solicitados pois ainda não recebeu qualquer resposta. Foca ainda a estrada entre Favaios e Granja que está em situação intransitável e depois de tanto tempo em circulação, dá a entender que não foi feita qualquer tipo de reclamação por parte da Câmara Municipal de Alijó. Refere ainda que poderão existir graves acidentes na referida estrada. “Se fosse na casa de cada um de nós, não nos conformaríamos em ter pago uma obra daquelas a quem quer que fosse, deixando-a naquele estado.” Informa que existe outra via intransitável, a Rua da Portela em Cheires e que faz muita falta. A aldeia tem uma estrada interior, com sentido duplo, com pouco espaço livre para estacionamento, onde já aconteceram pequenos acidentes. Foca ainda uma curva perigosa, um ponto negro, no Departamento Nacional de Estradas Nacionais. Pretende que seja informado qual a previsão para acabar com aquele estado e tornar a via transitável. Informa que este problema não passa só por Cheires, pois foram abertos buracos e iniciadas inúmeras obras ao longo do Concelho e possivelmente a maioria encontra-se na mesma situação. Finaliza esclarecendo que também já tem conhecimento que foi aberto o concurso para adjudicação da obra contudo, solicita mais informações sobre a mesma. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM VEIGA:** Alerta para o mau estado da estrada nacional entre Favaios e Granja. Refere a promoção do Atlético Clube Alijoense à Terceira Divisão. Este foi o único Concelho, no Distrito de Vila Real que o conseguiu. A Câmara Municipal de Alijó ajudou muito, mas se não fosse a Direcção, não o conseguiriam. Deixa voto de louvor a toda a Direcção do Atlético Clube Alijoense e faz votos que continuem a ter sucesso. Espera que a Câmara Municipal de Alijó também continue a ajudar pois este acontecimento é uma mais valia para o Concelho e tem que ser reconhecida. É muito importante para o Concelho pois vai trazer mais movimento à Vila, assim como os restaurantes e hotéis também beneficiarão com a deslocação dos acompanhantes das equipas. O nome do Concelho de Alijó também vai ser publicado nos jornais, tornando-o mais

conhecido. Finaliza apelando ao Sr. Presidente da Câmara para que, no que for possível, ajude o Atlético Clube Alijoense. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Começa por felicitar o Atlético Clube Alijoense, os seus dirigentes, atletas e treinadores pela vitória no Campeonato Distrital de Futebol de Vila Real. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, agora que se aproxima o Verão, o que foi, está a ser ou será feito na Estação de Tratamento de Sanfins do Douro para evitar os maus cheiros e os incómodos tais como mosquitos e outros bichos, para além do mau aspecto visual da mesma. Alerta o Sr. Presidente da Câmara e respectiva Assembleia Municipal para o facto de há quase meio ano a Assembleia Municipal ter sido instalada e ainda não ter sido discutido nem aprovado o Regimento da Assembleia Municipal. Indica que estão a funcionar num órgão que deveria ter aprovado um Regimento logo na primeira Sessão, contudo já se encontram na quarta Sessão Ordinária e nada foi feito. Este é obrigatório, em função do artigo n.º 53 da Lei das Autarquias Locais. Finaliza afirmando que este é um lapso que não deveria ter ocorrido e deve ser corrigido o mais rapidamente possível. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Deixa uma palavra de apreço, consideração, estima e louvor a toda a equipa que esteve por trás da Organização do Primeiro Encontro dos Ex – Combatentes da Guerra do Ultramar, que organizou uma acção extremamente importante. Esta reuniu um número significativo de pessoas de todo o Concelho, em Sanfins do Douro, com uma cerimónia e almoço. Indica que foi algo muito importante por tudo que envolveu e especialmente pelo dia em que foi realizado, 25 de Abril. Foi ainda interessante observar aquelas pessoas comunicarem porque puderam trocar experiências e reviver as “suas vidas passadas” há mais de trinta anos. Finaliza reforçando voto de louvor a toda a equipa e à Câmara Municipal que também deu o seu apoio. -----

-----**DEPUTADO BRUNO PINTO:** Pretende partilhar com todos os presentes uma iniciativa levada a cabo pela Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, nos passados meses de Fevereiro e Março. A iniciativa prende-se com apoio prestado à população no preenchimento e entrega de IRS, principalmente aos pensionistas. Indica que à primeira vista, pode parecer uma iniciativa simples, mas deve ser partilhada, tendo em conta o seu significado social. São pessoas

idosas, com carências económicas, muitas são analfabetas e que por umas ou outras razões, não se podem deslocar à sede do Concelho. Segundo dados que lhe foram entregues apoiaram cerca de 300 pessoas com esta iniciativa, daí o seu voto de louvor e parabéns ao Executivo, na pessoa da D. Ana Sobrinho. Estas ideias não custam dinheiro e tal como é do conhecimento de todos, as Juntas de Freguesia, as Câmaras e inclusive o Governo Central, estão extremamente limitados, em termos orçamentais e este tipo de iniciativas para além de partilhadas, devem ser seguidas por outras Juntas de Freguesia. -----

-----**DEPUTADO PEDRO PERRY:** Pretende manifestar, em nome da população, um enorme agradecimento a todo o Executivo Camarário e em particular ao Sr. Presidente da Câmara, pela forma célere e eficaz como minimizou a falta de uma alternativa ao encerramento das obras que estão a decorrer na ponte do Pinhão. Graças a todo este esforço, a alternativa está a funcionar e reforça o agradecimento a todo o Executivo Camarário e em particular ao Sr. Presidente da Câmara. Dr. José Artur Fontes Cascarejo. Agradece ainda a disponibilidade da Câmara de Sabrosa e S. João da Pesqueira, para colaborar e tentar minimizar o transtorno causado pelas referidas obras. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Chama a atenção para os acessos à Variante e pergunta de quem é a responsabilidade dos referidos acessos. Refere ainda o viaduto de acesso à Barragem que se encontra impraticável, com buraco sobre buraco, provocando imensa trepidação, assim como outros acessos previstos que se encontram barrados. Uma obra desta envergadura para o Concelho, que se transformou num principal acesso, estando naquele estado, torna-se complicado. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara se digne informar sobre a causa do estado em que se encontram os acessos à Variante, de quem é a responsabilidade e o que pode fazer para minimizar os inconvenientes. O Concelho de Alijó para além da agricultura, tem a vertente da floresta e do turismo. Alerta para as lixeiras que começam de proliferar por todo o lado, por cada berma de estrada mais ou menos escondido, aparece lixo. Pretende saber o que vão fazer para minimizar esse inconveniente e devem ser mais persistentes do que as pessoas que na calada da noite cometem tais actos. Devem estar atentos e estar solidários, pois se cada um contribuir um pouco, de certeza que terão um Concelho mais limpo e mais aprazível. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados e solicita que introduza o *Ponto Um da Ordem de Trabalhos* “*Exposição do Senhor Presidente da Câmara*”: -----

-----**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** introduz o *Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos*. (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). “**EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante ao mês de Fevereiro (segunda quinzena), Março e início de Abril. **1 – Situação Financeira da Autarquia** Até meados do mês de Abril do corrente ano a Câmara Municipal de Alijó tem em dívida, aproximadamente, dois milhões e oitocentos mil euros (€2.800.000,00). Se é verdade que a dívida aumentou, também é verdade que tem a sua natureza em investimento. Como vem sendo hábito, no final do passado mês de Março, esta Câmara tinha liquidado todas as facturas de fornecedores do concelho, até então, e aos restantes as facturas com data de emissão até trinta e um (31) de Agosto do ano transacto. Ao nível dos empreiteiros, estão já feitos os cálculos dos valores mensais a pagar para o corrente exercício económico. As transferências para as Freguesias começaram já este mês, uma vez que, de um modo geral, os processos estão prontos. Tem-se verificado um enorme recurso ao factoring por parte de fornecedores e empreiteiros, mais destes últimos. No entanto, em nada se alteram as condições contratuais ou obrigações, uma vez que as facturas são vendidas antes de serem entregues a esta câmara. Apenas se toma conhecimento de que o titular do crédito foi alterado. Os empréstimos, anteriormente contratados, continuam a ser pagos de acordo com as cláusulas contratuais, tanto ao nível das amortizações como dos juros. **2 – Actividade do Município:** **a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:** **a – Actividade cultural:** **Biblioteca Municipal**

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>

<i>Fevereiro *</i>	<i>1</i>	<i>143</i>	<i>0</i>
<i>Março</i>	<i>2</i>	<i>246</i>	<i>24</i>
<i>Abril **</i>	<i>5</i>	<i>170</i>	<i>0</i>

Biblioteca Itinerante

<u><i>Mês</i></u>	<u><i>Leitores inscritos</i></u>	<u><i>Livros requisitados</i></u>	<u><i>Vídeos requisitados</i></u>
<i>Fevereiro****</i>	<i>0</i>	<i>566</i>	<i>0</i>
<i>Março</i>	<i>6</i>	<i>420</i>	<i>0</i>
<i>Abril**</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>

* (a partir do dia 15 inclusive), ** (até ao dia 17 inclusive), *** (a partir do dia 11 inclusive) Actividades realizadas: “Desafios” – Projecto de promoção de leitura, levado a cabo pela Biblioteca Municipal, junto das crianças do 1.º Ciclo do concelho, através da sua Biblioteca Itinerante. “A Casa dos Livros” – 18 de Abril a 28 de Abril. Projecto de animação e dinamização da leitura, dirigido às crianças do pré-escolar dos jardins-de-infância do Concelho. Com o objectivo de desenvolver o gosto e a curiosidade pelos livros e pelo mundo fantástico neles contido, pretende ser o elo de ligação entre parceiros sócio educativos, Biblioteca/Escola/Família, onde todos assumem um papel de extrema importância no processo de criação de novos leitores.

Auditório Municipal

<i>Fevereiro</i>	
<i>Actividade</i>	<i>N.º de espectadores</i>
<i>O Nevoeiro</i>	<i>62</i>
<i>Correio de Risco 2</i>	<i>55</i>

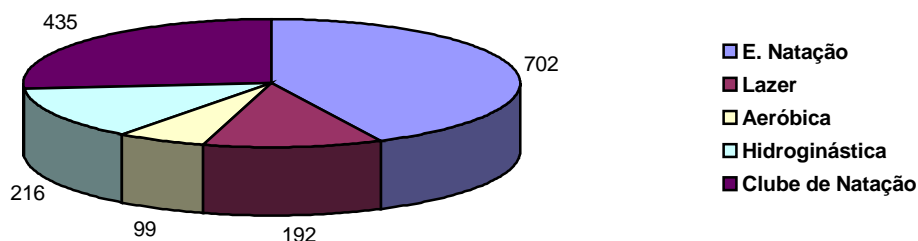
<i>Os tolos na TV</i>	111
-----------------------	-----

Março	
<i>Actividade</i>	<i>N.º de espectadores</i>
<i>Máquina Zero</i>	85
<i>Orgulho e Preconceito</i>	65
<i>Não Venhas Atrás de Mim – Teatro</i>	76
<i>Wolf Creek</i>	70
<i>Concerto da Banda de Carlão</i>	200
<i>Concerto da Banda de S. Mamede Ribatua</i>	232
<i>Noite de Fados</i>	117
<i>Concerto de Guitarra Portuguesa</i>	142
<i>Era Uma vez um Rio – Teatro Filandorra</i>	232
<i>A Menina do Mar</i>	653
<i>Pinóquio 3000</i>	62
<i>Munique</i>	80

Abril	
<i>Actividade</i>	<i>N.º de espectadores</i>
<i>Syriana</i>	69
<i>Toma Zé que já almoçaste</i>	214
<i>North Country – Terra Fria</i>	56
<i>Memórias de uma Gueixa</i>	76

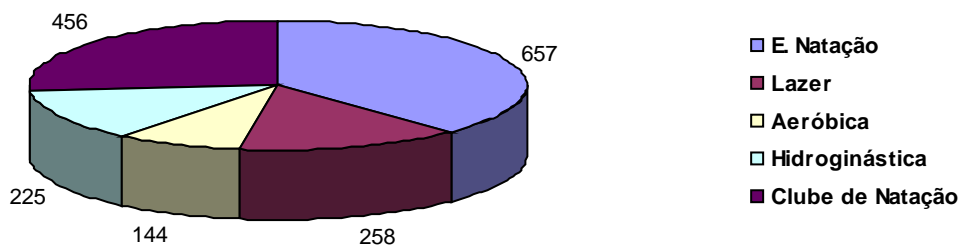
Espaço Internet: Fevereiro 2294 utilizadores: Média de idades: 19.3; Março: 2891 utilizadores: Média de idades: 19; Abril: 1077 utilizadores ** Média de idades: 20: (* desde 15 Fevereiro) (** até 15 de Abril); Formação: Mini cursos de informática para adultos: 26 alunos; Net kids Páscoa – informática para os mais novos: dos 6 aos 10 anos: 21 alunos. b – Actividade desportiva: Actividades de carácter contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola está, que divide em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos) que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico mas também a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. “Actividades aquáticas para Idosos”. São enquadradas semanalmente por professores com formação específica, em trabalho com idosos e populações especiais. Este projecto a funcionar com um Centro de Dia do Concelho pretende-se num futuro próximo ser alargado a todos os Centros de Dia interessados. Boccia para a Idade Avançada – Apoio técnico aos Centros de dia que mantêm esta modalidade como forma de ocupação e manter a actividade dos seus idosos. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva que proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportivo. Esta actividade a funcionar todos os sábados de manhã, é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Dia 4 de Abril – Início das actividades do projecto “Escola de patinagem”: Actividades Pontuais: Dia 11 de Março – Encontro de Escolas de Natação – Chaves. A equipa da escola de Natação de Alijó compareceu com cerca de 20 atletas distribuídos pelos vários escalões. Dia 25 de Março – Festand Clubes. Organização conjunta da Câmara Municipal de Alijó e Associação de Andebol de Vila Real. Esta actividade contou com a presença de cerca de 70 atletas de vários clubes do Distrito de Vila Real. 1 de Abril – III Torneio de Natação Vila de Alijó: Uma organização conjunta da Câmara Municipal e do Clube de Natação de Alijó. Este evento teve a participação de cerca de 120 atletas de vários clubes de Natação da Zona Norte. -Piscinas Municipais: Entradas no Complexo para utilização da Piscina*

Fevereiro 2006



<i>Entidade/Escola</i>	<i>Nº de Entradas</i>
<i>Escola de Natação</i>	702
<i>Lazer</i>	192
<i>Aeróbica</i>	99
<i>Hidrogenástica</i>	216
<i>Clube de Natação</i>	435
TOTAL	1644 Entradas

Março 2006



<i>Entidade/Escola</i>	<i>Nº de Entradas</i>
<i>Escola de Natação</i>	657
<i>Lazer</i>	258
<i>Aeróbica</i>	144
<i>Hidrogenástica</i>	225

<i>Clube de Natação</i>	456
TOTAL	1770 Entradas

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm desenvolvidos diversos esforços nesse sentido. As intermediárias continuam a desenvolver todas as actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, Centro Nacional de Eleições, Segurança social, requisições diversas à Câmara Municipal, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro, requisição de livros para o Bibliogac. Uma das actividades mais procuradas nos GAC continua a ser a pesquisa e navegação na Internet, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os GAC, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A Formação em DCB, já percorreu as freguesas de Vilar de Maçada; Favaios, Pegarinhos, Castedo, Sanfins do Douro, S. Mamede de Ribatua e Vale de Mendiz, estando outras freguesias com formações marcadas. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:

<i>GAC</i>	<i>Fevereiro</i>	<i>Março</i>
<i>Carlão</i>	400	405
<i>Pinhão</i>	522	579
<i>Sanfins do Douro</i>	455	365
<i>Vilar de Maçada</i>	652	756

*d – Posto de Turismo: Fevereiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e nove portugueses e dois ingleses; Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Março: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de onze portugueses, cinco franceses, dois norte-americanos e quatro espanhóis; Prestação de informação turística documental a entidades várias; Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Abril: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço até à data de 17.04.2006 de vinte e oito portugueses, dois ingleses, três belgas, um norte-americano, quatro holandeses, três espanhóis, três alemães, um francês e um brasileiro. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. **c – Obras e Intervenções Municipais:** * Colocação de contadores e ramais de água, reparação de rupturas de água e cortes de água clandestina;_* Corte de mato e limpeza de valetas de diversas estradas; * Calçamento de passeios e ruas em diversas localidades do concelho; * Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; * Colocação de sinalética vertical e horizontal no concelho; * Limpeza de árvores e cemitérios; * Limpeza de fossas e redes de saneamento; * Reparação de diversas escolas do 1.º ciclo do ensino básico; * Desentupir saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Limpeza de jardins municipais; * Distribuição de briquetes pelas escolas; * Limpeza de lixeiras; * Colocação de bóia nos depósitos do Castedo; * Colocação de tubos em PVC 0.75 em condutas danificadas; * Remoção de bocas-de-incêndio; * Reparação da bomba de lavar os tanques em Carlão; * Reparação de telhados em vários bairros; * Reparação de bocas-de-incêndio; * Distribuição de terra na zona envolvente às fossas junto à escola em Vilarinho; * Reparação de tanques de lavagem de roupa; * Remoção de entulho; * Transporte de saibro e abertura de vala para os coelhos; * Reparação de casa incendiada; * Remoção de placares de publicidade; * Reparação da bomba da barragem e colocação de bóias;_* Colocação de calhas para fios eléctricos em gabinetes da Câmara Municipal; * Trabalhos vários na área que envolve a Árvore Grande, tais como: fazer lastro em betão; pintura da grade; calçamento e colocação de bolas de protecção do lastro. * Distribuição de leite escolar pelo Agrupamento de Alijó; - Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos: * Ampliação das Redes Eléctricas (Carlão, Vila Chã, Carvalho, Pinhão); * Pavimentação de Arruamentos no Concelho (Bairro do Pendão, Rua do Cabo e outras em Santa Eugénia); * Pavimentação de Arruamentos no Concelho (Largo da Festa em Sanradela); * Pavimentação de Arruamentos no Concelho (Parque de Estacionamento do Santuário Nossa Senhora da Piedade em Sanfins do Douro); * Pavimentações nas Freguesias (São Mamede de Ribatua); * Pavimentações na Freguesia de Sanfins do Douro (Rua da Portela em Cheires); * Reabilitação da Biblioteca Municipal (Beneficiação do edifício): **d – Acção Social, educação e saúde pública:** a – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Apoio psicológico a crianças e jovens em risco ou em situação de carência económica; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliarias); Internamento de crianças em risco em instituições de acolhimento; Elaboração de*

*um parecer sobre o regulamento da Acção Social Municipal Aguarda-se aprovação do Projecto "NOVOS RUMOS" – Candidatura ao Programa Progride - Medida 2. Apoio a Idosos e Deficientes: Dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas Técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados tais como cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De forma a rentabilizar estes equipamentos, adoptou-se a modalidade de empréstimo, sempre que as famílias deixem de os necessitar são devolvidos à Autarquia para serem emprestados a outros idosos. Assim, procedeu-se a: - Aquisição e atribuição de duas camas hospitalares tripartidas (1 Alijó, 1 S. Mamede); Até ao momento encontram-se emprestadas 19 camas hospitalares, no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde e Vilar de Maçada, S. Mamede); - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados do Concelho; - Atribuição de uma cadeira de rodas a idoso deficiente (Vila Chã). Até ao momento encontram-se emprestadas 14 cadeiras, no Castedo, Alijó, Carlão, Favaios, São Mamede, Vila Chã, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada); - Apoio a vítimas de incêndio (2 Sanfins do Douro, 1 Francelos); - Empréstimo de uma máquina de costura a idosa que foi vítima de incêndio (1 Sanfins do Douro). Apoio à Habitação - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos (quatro situações – 2 Francelos, 1 Alijó, 1 Sanfins do Douro); Continuação das obras e dos apoios a 3 famílias disfuncionais residentes em Alijó (instalação eléctrica e carpintaria), Pópulo (pintura e outros pequenos acabamentos) e Ribalonga (instalações sanitárias) - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; Entrega de uma habitação pré-fabricada no Bairro do Lameirão – Alijó, a família que está a ser acompanhado pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; - Apoio a idoso carenciado a residir sozinho – Alijó (aquisição de uma cama). Situação também intervencionada a nível habitacional. - Programa "SOLARH": N.º de processos concluídos – 13; N.º de processos entrados – 2; N.º de processos aprovados – 3; N.º de processos aprovados e que se encontram em fase de obras – 3; N.º de processos a aguardar aprovação – 0; N.º de processos a aguardar parecer técnico – 0; N.º de processos indeferidos – 0; N.º de processos suspenso – 1; N.º de desistências – 1; Apoio na Saúde: - Integração socioprofissional de toxicodependentes - Programa Vida –Emprego Até ao momento já concluíram o Programa 17 utentes, que ficaram afectos aos quadros das empresas onde iniciaram o Programa. Neste momento, estão em acompanhamento: Estágio Profissional de Integração Sócio - Profissional – 2; Processos em preparação – 4; Medida "Apoio ao Emprego" – 5; Processos cancelados – 1; Processo concluído a aguardar resposta para integração – 1; Processo concluído com integração plena – 1. Apoio Acção Social escolar: - Apoio no transporte escolar de crianças com deficiência, que frequentam estabelecimentos especializados, APPCDM de Sabrosa e APPC de Vila Real; Apoio no alojamento de crianças na Residência Escolar da Granja. b - Educação: * Obras para instalação do aquecimento central a Biomassa Florestal na escola e Jardim-de-infância de Favaios; * Candidatura ao Programa de Generalização do fornecimento de Refeições para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico; * Candidatura ao Programa de Apetrechamento Informático das Escolas do Ensino Pré-Escolar (Pós-Conhecimento); * Projecto para instalação de*

*banda larga em todas as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho; * Distribuição de leite escolar pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; * Distribuição de briquetes pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; * Transportes escolares, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; * Cedência de transporte para visitas de estudo dos alunos de todas as Escolas do concelho; * Cedência de transporte para Desporto Escolar da Escola Secundária de Alijó, Escola EB 2,3 de Alijó e Escola EB 2,3 do Pinhão; * Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); * Cedência de transporte a todos os deficientes do concelho para a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Vila Real e Associação Portuguesa de Pais de Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa (transporte diário e transporte semanal); * Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; * Desinfestação e limpeza de recintos escolares; * Projecto de Instalação de um coberto no parque de estacionamento dos autocarros; * Divulgação de iniciativas e actividades promovidas por várias entidades junto dos Agrupamentos Verticais de Escolas de Alijó e do Pinhão e da Escola Secundária de Alijó; * Pagamento do almoço das crianças do pré-escolar às entidades que fornecem almoço às crianças do pré-escolar público (crianças dos infantários de Alijó, Granja, Presandães, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Vila Chã, Santa Eugénia e Vilar de Maçada); * Colocação de uma Auxiliar de Acção Educativa para apoiar os alunos provenientes de outras localidades que frequentam a EB 1 de Vila Verde à hora de almoço; * Colocação de pessoal (através do Instituto de Emprego, no âmbito do Programa de Carenciados) na Ribalonga, Vila Verde e Carlão para dar apoio aos alunos provenientes das Escolas que encerraram em virtude do Reordenamento Escolar (Freixo, Perafita, Jorjais, Jorjais de Perafita, Souto de Escarão, Franzilhal, Casas da Serra, Rapadoura) * Colocação de Auxiliares de Acção Educativa para apoio ao fornecimento de almoços na Escola 1º CEB de Alijó; * Pagamento do almoço das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico provenientes de escolas que encerraram em virtude do Reordenamento da Rede Escolar; * Fornecimento de equipamento mobiliário e material didáctico e de manutenção, tal como, esquentadores e aspiradores em alguns Jardins-de-infância públicos e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; * Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (cedência de técnicos para acompanhamento de casos, cedência de instalações, cedência de viatura, apoio logístico). * Apoio ao Ensino Recorrente e Extra-Escolar – apoio logístico e material didáctico e de desgaste; c – Saúde Pública: - Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, e de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5 canídeos em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo*

do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara Municipal de Alijó; - Recolha de cadáveres de aves e posterior envio para o Laboratório Veterinário de Mirandela, no âmbito do Plano de Vigilância da Gripe Aviária; - Participação em reunião de trabalho, no Governo Civil do distrito de Vila Real, acerca da Influenza aviária; - Participação em acção de formação em Gripe Aviária, promovido pela Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa, que teve lugar nas instalações da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes; - Participação no recenseamento das capoeiras domésticas, com deslocações a sede de Junta de Freguesia, a fim de participar no recenseamento e contribuir para tirar dúvidas que possam surgir no seio da população, no que toca à problemática da gripe aviária (ainda em curso);

e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

<i>Área de Intervenção</i>	<i>Participantes</i>	<i>Objectivos</i>	<i>Forma de Intervenção</i>
<i>Concelho de Alijó – Santa Eugénia (Sector Agro-Pecuário)</i>	<i>. GADL; . Agricultor/Potencial produtor.</i>	<i>. Acompanhamento de projecto em análise para produção de fumeiro.</i>	<i>. Reunião de trabalho com o agricultor.</i>
<i>Concelho de Alijó – Alijó (Sector Artesanato)</i>	<i>. GADL; . Artesã</i>	<i>. Acompanhamento de projecto em análise.</i>	<i>. Reunião de trabalho com a artesã.</i>
<i>Concelho de Alijó – Granja (Sector Comercial)</i>	<i>. GADL; . Promotores; . Empresa de Consultoria (SPA/GLOCAL)</i>	<i>. Aconselhamento sobre recursos a incentivos disponíveis para a criação do seu próprio emprego.</i>	<i>. Reuniões de trabalho com os potenciais promotores, Técnicos do GADL e SPA (empresa que efectua enquadramento dos projectos propostos e formação aos potenciais promotores).</i>

<p>Concelho de Alijó – (Sector Comercial)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Promotor; . Empresa de Consultoria (SPA/GLOCAL) 	<ul style="list-style-type: none"> . Aconselhamento sobre recursos a incentivos disponíveis para a criação do seu próprio emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> . Reuniões de trabalho com o potencial promotor, Técnicos do GADL e SPA (empresa que efectua enquadramento dos projectos propostos e formação aos potenciais promotores).
<p>Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Aluna Estagiária da UTAD 	<p>Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise da situação da Gestão da ZCMA, com a colaboração da UTAD. 	<ul style="list-style-type: none"> . Reunião de trabalho;
<p>Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó Proc. DGRF n.º 2596)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; 	<ul style="list-style-type: none"> . Criação de condições para ver aumentado o n.º de exemplares de perdiz vermelha e coelho bravo na ZCMA 	<ul style="list-style-type: none"> . Levantamento com GPS de todos os locais onde foram efectuados repovoamentos com perdiz vermelha; . Acompanhamento periódico dos bandos bem como de todos os comedouros colocados nas zonas onde foram efectuados repovoamentos; . Registos de todos os bandos de perdizes, efectuados em fichas de controlo; . Iniciou-se a realização de censos das espécies cinegéticas (perdiz vermelha e coelho bravo); . Iniciaram-se obras de beneficiação no Posto de Reprodução de coelho bravo com objectivo de aumento de produção, criando condições em regime de cativo, o mais idêntico ao regime livre (ambiente natural);
<p>Concelho de Alijó – (Sector Pesca – Zona de Concessão de Pesca Desportiva na Albufeira da Barragem de Vila Chã)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . UTAD <p>Colaboração de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prof. Rui Cortes; Eng. Simone Oliveira; Eng. Joana Rapazote. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de censos relativos às espécies piscícolas existentes na albufeira; - Avaliação sobre a necessidade de se efectuar repovoamentos, tendo em conta o resultados dos censos realizados. - Avaliação sobre as espécies piscícolas autóctones a repovoar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização da “Pesca Eléctrica”; - Análise bioquímica da água;

<i>Concelho de Alijó – Alijó, Presandães, Sanfins do Douro</i>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Espaços verdes e urbanos confinantes com zonas verdes. . GTL Pinhão 	. Requalificação das áreas em estudo.	. Visitas de trabalho às áreas.
<i>Concelho de Alijó (Sector Florestal e Protecção Civil)</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Presidente da Câmara Municipal . Vice-Presidente da Câmara Municipal (responsável pela Protecção Civil do Concelho); . Representantes dos Bombeiros Voluntários do Concelho; . Governador Civil; . GADL; 	<ul style="list-style-type: none"> . Preparação da época crítica no que concerne aos incêndios florestais; . Discussão de algumas medidas à disposição para melhorar a Protecção Civil do Concelho; . Discussão de algumas propostas para aperfeiçoar as acções ligadas à Protecção Civil. 	. Reunião das Entidades participantes interessadas.
<i>Concelho de Alijó (Sector Florestal e Protecção Civil)</i>	<ul style="list-style-type: none"> . CDOS; . GADL; 	. Preparar acção de sensibilização e exposição para toda a população do Concelho de Alijó, sobre Protecção Civil e Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais.	. Reuniões de trabalho para ultimar pormenores e datas para a realização das mesmas.
<i>Concelho de Alijó (Sector Florestal)</i>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Todas as Escolas do Concelho; . Todo o Executivo do município. 	<ul style="list-style-type: none"> . II Concurso “Alijó na Defesa da Floresta” . Dar continuidade ao projecto iniciado em 2005 com a população escolar na defesa da floresta. Projecto de sensibilização que tem como objectivo a utilização das mensagens e ilustrações realizadas pelas crianças e adolescentes deste Concelho (em idade escolar), para ajudarem na sensibilização da população adulta; 	. Realização da cerimónia solene de atribuição de prémios aos melhores trabalhos realizados pelos alunos, no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios.
<i>Concelho de Alijó (Sector Florestal e Cultural)</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Junta de Freguesia de Alijó; . GADL; 	. Comemoração do Dia Mundial da Floresta e dos 150 Anos da “Árvore Grande”.	<ul style="list-style-type: none"> . Colaboração na coordenação das actividades a realizar no Dia Mundial da Floresta (21 de Março de 2006); . Participação activa na comemoração do Dia Mundial da Floresta associada à data comemorativa dos 150 anos da “Árvore Grande” (<i>Platanus hybrida</i> Brot.)
<i>Concelho de Alijó (Sector Florestal)</i>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Presidente da Junta de Freguesia de Alijó. 	. Ordenamento florestal dos baldios geridos pela Junta de Freguesia.	. 1ª Fase do levantamento perimetral (GPS) dos baldios geridos pela Junta de Freguesia, para elaboração de

			<p><i>projecto florestal.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> . <i>Participação na Assembleia de Freguesia da Junta de Alijó, com vista ao esclarecimento dos elementos da freguesia no que diz respeito à iniciativa de dar início a levantamentos perimetrais para elaboração de projectos florestais.</i> . <i>Início dos procedimentos administrativos para se poder dar início aos projectos florestais.</i>
<p><i>Concelho de Alijó – Pópulo; Pegarinhos; Carvalho; Vilar de Maçada (Sector Florestal)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> . <i>GADL;</i> . <i>Agricultores/Produtores Florestais</i> 	<ul style="list-style-type: none"> . <i>Acompanhamento de projectos desde a elaboração até a fase de análise pelo IFADAP.</i> 	<p><i>Visitas aos terrenos e reuniões de trabalho com os técnicos responsáveis pelos projectos e proprietários dos terrenos.</i></p>
<p><i>Concelho de Alijó</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> . <i>GADL;</i> . <i>Águas de Portugal</i> 	<ul style="list-style-type: none"> . <i>Levantamento em GPS de locais de possíveis furos para obtenção de água.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> . <i>Saídas de trabalho ao terreno.</i>
<p><i>Concelho de Alijó – Freguesia de Vila Verde</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> . <i>GADL;</i> 	<ul style="list-style-type: none"> . <i>Emissão de parecer no que diz respeito à situação de árvore idosa no cemitério de Vila Verde.</i> 	<p><i>Visita ao local.</i></p>
<p><i>Concelho de Alijó – Várias Freguesias do Concelho</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> . <i>GADL;</i> . <i>Presidentes de Juntas de Freguesia.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> . <i>Colaboração no que concerne a pedidos de novos números de Contribuintes.</i> 	<p><i>Preenchimento dos formulários e realização dos pedidos.</i></p>

Alijó, 18 de Abril de 2006, O Presidente da Câmara: José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que concerne à EDP e à questão da substituição das lâmpadas fundidas e novos pontos de luz, esclarece que esta questão teve uma alteração de

metodologia por parte da direcção da EDP, já desde o início do Mandato anterior. Lembra que fizeram uma reunião com todo o Executivo da Câmara, com os responsáveis da EDP e com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia. Na mesma, a EDP estabeleceu um procedimento diferente dos procedimentos executados em Mandatos anteriores, que passava por uma comunicação das Juntas de Freguesia por fax e também por um número de atendimento rápido das avarias, bem como outro procedimento exigindo um orçamento no que concerne aos novos pontos de luz. Relativamente a estes últimos, há um protocolo assinado entre a EDP e todos os Municípios que prevê três situações: ou os novos pontos de luz são grátis, ou a Câmara tem que pagar metade ou tem que pagar na totalidade, de acordo com a inserção dos mesmos na malha urbana das respectivas Freguesias. Reconhece que desde essa altura até ao momento actual, o novo procedimento nunca funcionou bem, funcionava muito melhor antigamente, em que o assunto era tratado de forma menos burocrática, mais expedita e em que a existência por exemplo de um serviço local da EDP contribuía para rapidamente resolver esses problemas. Tal como os Srs. Presidentes das Junta de Freguesia sabem, tinham contacto directo com o responsável da EDP e bastava uma chamada telefónica para que o problema ficasse resolvido. Este problema tem vindo a arrastar-se e não passa uma Assembleia Municipal em que um ou outro Sr. Presidente da Junta de Freguesia foque este problema como um problema a resolver rapidamente. Informa que a Câmara Municipal já colocou esta questão por escrito várias vezes à EDP, assim como também já o fez pessoalmente. Afirma que não perde qualquer oportunidade para colocar esta questão, tendo sido já colocada à Direcção da EDP distrital e à direcção da EDP que nos visitou por causa da Barragem do Tua. Na sequência da última vez que colocaram esta questão à EDP ficou acordado que o Sr. Vice – Presidente da Câmara, responsável pelas obras estabelecerá um procedimento, de acordo com o que combinara com a EDP, para tentar agilizar mais este processo com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia. Se mesmo assim, com este novo procedimento, a questão não fosse resolvida, então teriam de fazer uma outra reunião com a Direcção da EDP, na tentativa de encontrar uma solução definitiva para o problema. Este é um problema generalizado que até ao momento não obteve uma resposta cabal. No que diz respeito às dissonâncias ambientais, no âmbito do actual Quadro Comunitário de Apoio e na deposição nas curvas “que dão jeito a pessoas que não respeitam o ambiente, não podem pôr um

polícia atrás de cada pessoa”. Indica que pode dar variadíssimos exemplos em que a Câmara limpou e que passada uma semana, já lá estão os detritos novamente. Na sequência desta situação aprovaram, no âmbito do actual Quadro Comunitário de Apoio, no qual diz respeito a todo o território do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade, um projecto que consiste num levantamento de todos os pontos críticos, em que as pessoas normalmente vão depositar detritos de toda a espécie. É uma parceria entre a CCDRN, as Câmaras e a UTAD, tentando encontrar uma resposta a nível de toda a Região. Refere que existem vários exemplos concretos, que são do conhecimento dos Srs. Presidentes de Junta, contudo é um problema que só a educação das futuras gerações poderá resolver. Este projecto tem também uma contrapartida nacional que cada uma das Câmaras vai assegurar e vai começar com o projecto-piloto em Lamego e Armamar, porque num estudo feito, estas são as Câmaras que estão em pior circunstância nesta matéria. Refere que no referido levantamento, o Município de Alijó, é dos menos maus, embora tenha casos, mas é dos que tem menos casos dessa natureza. A solução definitiva do mesmo passa não apenas pelo ataque ao problema no imediato, mas sobretudo, em termos de prevenção e educação para gerações vindouras. No que diz respeito à estrada e às obras no troço da estrada entre Favaios e Granja, foram e são da responsabilidade da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro e está relacionada com a questão das Etar’s e de todo o trabalho apoiado por Fundos Comunitários que está a ser feito nesta matéria. A Câmara Municipal, ao contrário do que os Srs. Deputados disseram, não tem estado calada, antes pelo contrário, já fez relativamente a esta matéria, com as Aguas de trás os Montes e Alto Douro e com as Estradas de Portugal – Direcção Geral de Vila Real, o mesmo que fez com a EDP, isto é, falou e escreveu sobre esta matéria, que a situação não poderia continuar assim. Já o fizeram em varias circunstâncias, inclusivamente na ultima reunião do Conselho de Administração, das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, com todas as Câmaras, onde este problema se verifica. O mesmo tem a ver com todas as empresas onde a Águas de Trás os Montes e Alto Douro executou essa tarefa. A referida empresa, desculpou-se com o empreiteiro que ganhou o concurso e está em litigio com ele relativamente a esse problema, contudo a responsabilidade é exclusivamente da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Caso aconteça algum acidente ou algo de mais grave, é a essa empresa que será atribuída toda a responsabilidade nessa matéria, porque a empresa

Estradas de Portugal – Direcção de Estradas de Vila Real, também numa reunião, já lhe associou essa mesma responsabilidade. Informa que o Sr. Presidente do Conselho de Administração da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro e o Presidente da empresa Águas de Portugal, Eng. Martins Soares, que esteve presente nessa reunião, ficaram de resolver num mais curto espaço de tempo possível esse problema, quer com o empreiteiro em questão, quer eventualmente, deixando decorrer os prazos para a denúncia do contrato e estabelecimento do novo contrato. Esclarece que a contratação pública tem as suas regras, de carácter jurídico, sendo extremamente rigorosas, podendo não ser um projecto tão rápido, tão fácil e célere, quanto gostariam. Relativamente à construção da Barragem do Tua para aproveitamento hidroeléctrico e turístico, informa que vai ser criado um grande espelho de água e também como possível reserva de água estratégica para o Concelho, pois tem três componentes: aproveitamento hidroeléctrico, reserva estratégica de água e aproveitamento turístico face ao espelho de água que vai ser criado. Desde a primeira hora, a EDP dirigiu-se à Câmara Municipal de Alijó, formulando a sua intenção de constituir a prazo nesse espelho de água, a infra-estrutura e a postura da Câmara Municipal, foi desde a primeira hora, muito clara. Informa que estão abertos a todo o investimento que produza de riqueza no Concelho e do qual todos e cada um de nós possamos extrair dividendos. Exigiram que a construção da Barragem fosse acompanhada de um estudo não apenas de impacto ambiental, mas também de desenvolvimento económico, social e Regional para as populações atingidas pela hipotética criação da mesma. O estudo está a ser feito e os Srs. Presidentes de Junta têm conhecimento que, a equipa técnica é constituída por técnicos com uma larga experiência na matéria. A referida equipa está a dirigir-se ao terreno, falando com as respectivas Juntas de Freguesia no que concerne a: cotas previsíveis de enchimento da Barragem, ao ressarcir económico de eventuais prejuízos e sobretudo no que concerne a um verdadeiro plano de desenvolvimento para essa zona, que de acordo com o que está previsto e é dado a conhecer até ao momento, irá ser afectada positivamente. O que prevêem para essa zona, vai desde S. Mamede de Ribatua, Safres, Amieiro até Carlão, vai ser uma zona extraordinariamente beneficiada, do ponto de vista hidroeléctrico, turístico e de futuras reservas estratégicas de água. Tudo isto, integrado numa estratégia de desenvolvimento local, que passa por indemnizar as pessoas dos terrenos que vão ser submersos, mas sobretudo a possibilidade de a partir

daí fazer um verdadeiro plano estratégico de acção para as populações, com outro tipo de investimentos e outro tipo de benefícios. No que concerne à intervenção do Sr. Deputado Jaime Cardoso e respectivo requerimento presente na Assembleia Municipal do dia 24 de Fevereiro de 2006, não pode responder, porque a responsabilidade desses requerimentos é do Sr. Presidente da Assembleia e não do Presidente da Câmara. Esta questão deve ser colocada ao Sr. Presidente da Assembleia, que se encontra ausente por motivos profissionais, contudo na sequência desta Sessão, poderá perguntar ao mesmo qual o ponto da situação. Relativamente à Rua da Portela em Cheires, o facto desta ainda não estar concluída e dos incómodos que causa à população, tem toda a razão e também gostaria que a mesma estivesse concluída, mas cada obra em execução tem seus problemas. Se ela ainda não foi concretizada, foi devido a alguns problemas que surgiram. Afirma que não está muito por dentro dos pormenores da obra porque não está no dia a dia com esta matéria. Afirma que o Sr. Vice – Presidente poderia dar pormenores sobre esta questão, contudo não está presente porque o Sr. Primeiro – Ministro está a apresentar o Plano Rodoviário Nacional para Trás os Montes e Alto Douro. Indica ainda que os problemas decorrentes estão ultrapassados e julga que para breve, a obra terá um novo dinamismo e será concluída. Relativamente ao Atlético Clube Alijoense, congratula-se com as referências dos Srs. Deputados, que foram feitas em tons elogiosos. A Câmara Municipal de Alijó, na última Reunião, aprovou por unanimidade a atribuição de Medalha de Mérito Desportivo Municipal, de ouro, à Direcção do Atlético Clube Alijoense, não só por causa do futebol e da subida do Atlético Clube Alijoense à 3.ª Divisão Distrital, facto de realçar porque há quinze anos que não o conseguiam e foi uma caminhada que se baseou num trabalho sustentado e numa estabilidade directiva. Esta estabilidade teve a sua origem numa alteração dos estatutos, pois as Direcções, actualmente, são eleitas para biénios e não anualmente. Indica que as informações que tem, é que independentemente do apoio de todos, ao nível do pagamento de salários dos jogadores, pagava sempre a horas e nunca deixou nenhum atleta, no final da época, por receber, como acontece noutros clubes. Informa ainda que não foi só no futebol, pois ao nível do Futsal, estão neste momento a disputar o campeonato da 1.ª Divisão, no escalão de juvenis, no primeiro ano em que lançaram esta modalidade, na sequência do trabalho desenvolvido ao nível da Autarquia, na Escola de Formação Desportiva Municipal, que tem que terminar até aos 12 anos. É bom reconhecer que ao nível do

desporto, Alijó, é um Concelho cada vez mais atlético e tem vindo a formar cada vez mais e melhores atletas, nas diferentes modalidades. A Medalha de Mérito Desportivo Municipal, que vão atribuir ao Atlético Clube Alijoense, tem como “cereja do bolo” a subida do futebol à 3.ª Divisão, mas também se reporta ao excelente trabalho feito nas escolas de formação que para além do sucesso do Futsal, já deu um jovem do nosso Concelho, Abel Pereira, filho de Abel Pereira e Lina Carvalho, à Selecção Nacional de Juvenis, como titular dessa mesma Selecção, no posto de defesa central. Este é no momento atleta do Boavista Futebol Clube, mas segundo informações que tem, vai ser transferido para um dos três grandes clubes, já na próxima época. De referir também que numa outra modalidade, um jovem do Concelho, João Varela, sagrou-se há pouco tempo campeão no Pankration e foi considerado atleta do ano, com uma cerimónia oficial no Casino do Estoril, onde esteve presente o Sr. Vereador do Desporto. “Isto são factos que nos devem alegrar a todos”. Ao nível do desporto escolar, na sequência do trabalho feito em profundidade pela Escola de Formação Desportiva Municipal, têm neste momento, os atletas do Clube de Natação de Alijó, a representar o Concelho e o Distrito, no desporto escolar, a nível da fase Regional. Isto demonstra um trabalho de base que já vai sendo reconhecido lá fora e além da formação que dão aos jovens é também uma forma de promoverem uma imagem de qualidade para o Concelho de Alijó. Ainda relativamente à atribuição da Medalha de Mérito Desportivo Municipal, esclarece que a data de atribuição da mesma está a ser estudada conjuntamente com o Clube, para que seja feita numa sessão solene da Assembleia Municipal. Relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal, esclarece que este é da competência exclusiva da Mesa da Assembleia Municipal e da respectiva Assembleia Municipal. Contudo recorda que já algo foi feito relativamente a esta matéria, aquando da realização da primeira Assembleia Municipal, pois foi indicada uma Comissão para trabalhar na revisão do Regimento e apesar de não ter sido eleita, o assunto foi focado. Indica que o Regimento diz que enquanto não houver um novo Regimento, vigora o anterior e ficaram de reunir posteriormente para indicar a Comissão e começar a trabalhar. Informa que vai falar com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal a fim de averiguar o ponto de situação pois tem que ser resolvida. Relativamente à ETAR de Sanfins do Douro, é da responsabilidade da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro e o que fizeram relativamente à mesma foi a bordadura com arbustos de carácter ambiental. A referida

empresa diz que a ETAR de Sanfins do Douro está exactamente nas mesmas condições técnicas de todas as outras, estão a monitorizar essa mesma ETAR. Contudo, apesar do equipamento não pertencer à Câmara Municipal de Alijó, pode reforçar, junto da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro a preocupação do Sr. Deputado. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Telmo Pinto, no que concerne às Comemorações do 25 de Abril integradas com as Comemorações dos Ex – Combatentes do Ultramar realizadas em Sanfins do Douro, numa parceria entre a Associação dos Amigos de Sanfins do Douro e a Câmara Municipal de Alijó, “comunga das suas palavras”. Do seu ponto de vista, foi de facto um belo exemplo de três coisas: em primeiro lugar respeito pela memória de todos aqueles que muitas vezes, sem ter nada a ver com o assunto, deram a sua vida no Ultramar, ou até mesmo em todas as guerras que o País atravessou. O espírito destas Comemorações foi em homenagem ao Ser Humano e ao povo anónimo que de um momento para o outro se vê envolvido numa guerra, sem saber muito bem porquê e dá a sua vida deixando mães sem filhos, mulheres viúvas e Seres Humanos estropiados. Foi muito importante fazerem a ligação entre o passado, o presente e o futuro, honrando a memória dos nossos passados que deixaram famílias a sofrer e ao mesmo tempo associar essa comemoração a um dia de liberdade, de afirmação dos princípios e dos valores de Ser Humano. Entre os princípios e valores mais altos destaca a generosidade sem interesse, que é o que acontece com os jovens que em tenra idade são chamados a defender a Pátria em qualquer circunstância. Sem “saudosismo balofo” e honrando a memória do passado e das nossas gerações, honrar também a “portugalidade” e os Portugueses, quer no antes, no durante e no depois e “às vezes o dinheiro não é o mais importante, sendo o mais importante ter ideias e sobretudo ideias positivas, construtivas e se todos remarem no mesmo sentido, podem fazer coisas interessantes, comemorações de uma enorme carga simbólica como foi o caso desta na N. Sr.^a da Piedade e mais abaixo ficou um monumento alusivo à honra e glória dos antepassados que por todos nós e pela Pátria deram a vida em todas as guerras não só no Ultramar. A homenagem era aos Ex – Combatentes do Concelho e ficou lançado um desafio para que a nível do Concelho façam outro tipo de Associações deste género, quer uma homenagem aos Ex – Combatentes, quer outro tipo de iniciativa, mas que as façam conforme essa Associação fez, organizando o evento, tratando da logística desse mesmo evento e depois dirigiu-se à Câmara Municipal de Alijó, na tentativa desta

poder ajudar e arranjar uma data comemorativa para o mesmo. Deste trabalho em conjunto surgiu esta ideia de comemorar o 25 de Abril, honrando a memória dos nossos antepassados. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Bruno Pinto dá-lhe os parabéns, assim como à Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, pois este é mais um dos exemplos de aproveitamento dos recursos humanos. Esclarece que houve ajuda dos membros dos GAC's (Gabinetes de Apoio ao Cidadão) na execução desta decisão política da Junta de Freguesia. Esclarece ainda que houve um projecto chamado "Trás os Montes Digital", lançado pela UTAD, com base em apoios de Fundos Comunitários e que de um momento para o outro, os referidos Fundos desapareceram e muitas Autarquias, acabaram com esse serviço. O Município de Alijó não tomou tal posição e queria até fazer mais, pois pretendia alargar o referido projecto às Juntas de Freguesia que ainda não estavam cobertas e foi aposta do Município, mater os GAC's abertos e continuar a apostar na tentativa de futuramente ver se conseguem, num próximo Quadro Comunitário de Apoio, tentar arranjar um processo de engenharia financeira que viabilize o alargamento dos mesmos, criando uma rede dos GAC's, que possibilitou à Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, prestar tal serviço aos idosos. Cada vez mais, os nossos idosos, o que mais precisam não é de dinheiro, mas de carinho, apoio, afecto e sobretudo que as gerações mais novas os ajudem nas resoluções dos seus problemas. Esta é uma atitude de louvar, pois podem aumentar a qualidade de vida dos idosos. Relativamente ao Ferryboat, esclarece que esta é uma alternativa ao encerramento da Ponte do Pinhão, em termos de evitar que ficasse bloqueada a passagem de pessoas, bens e mercadorias, entre as duas margens. Este não estava previsto no caderno de encargos, o que do ponto de vista, foi apontado como uma falha gravíssima da EP, pois devia prever essa situação, na medida em que para o Pinhão, para o Concelho e para a Região, era uma coisa inaudita estar tantos meses, o trânsito vedado entre uma margem e outra. Desde a primeira hora que afirmaram que essa situação era particularmente grave se coincidissem com o período das vindimas e com o período do auge do ponto de vista da circulação de pessoas e bens do turismo. Informa que tiveram de aproveitar um atraso nas obras para poder fazer um *forcing* final, no sentido de exigir esta alternativa do Ferryboat. Foi um processo complexo, não foi fácil a solução e dentro dessas negociações, a EP teve que alterar o respectivo Plano de Actividades e Orçamento para este ano, para poder contemplar basicamente três coisas: as

obras no cais de S. João da Pesqueira e no cais de Sabrosa para fazerem a acostagem do Ferryboat; o aluguer do Ferryboat e a garantia de pagar oito horas do Ferryboat. Desde a primeira hora que nos disseram que este era o limite até onde podiam ir e se isto não servisse as populações, teriam que ser as Autarquias locais a tentar suprir esta lacuna. Na sequência desta situação e de tentar funcionar com oito horas enquanto crédito global para esta operação, realizaram uma reunião no Pinhão, onde ouviram as populações e o Sr. Presidente da Junta e na sequência desta, a solidariedade não apenas da totalidade do Executivo da Câmara e também solidariedade das Câmaras de Sabrosa e S. João da Pesqueira que perceberam que não era um problema de uma simples obra, mas um problema de carácter económico que afectava não apenas Alijó, mas também os seus próprios Concelhos e se disponibilizaram a pagar uma hora suplementar. Neste momento cada uma das referidas Câmaras, vai pagar durante quatro meses, uma hora suplementar (que rondará entre os 12 a 15 mil euros). Agradece a disponibilidade imediata e o exemplo de solidariedade que foi dado pelos Presidentes das Câmaras de Sabrosa e S. João da Pesqueira, porque bastou ter contactado e exposto a situação e eles imediatamente, mesmo antes de levarem o assunto a Reunião de Câmara, garantiram o total apoio relativamente ao pagamento das duas horas suplementares, que perfaz com a Câmara Municipal de Alijó, um crédito global de mais três horas, perfazendo assim um total de onze horas para servir a população, distribuídas desta forma: 1.º turno – 06h às 10h; 2.º turno – 11.30h às 14.30h; 3.º turno – 17h às 21h; domingos e feriados funciona ininterruptamente das 10h às 15h e das 18h às 21h. Esta é uma solução que foi encontrada com bom senso, com equilíbrio, com generosidade de parte a parte. No que concerne à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes sobre os acessos à Variante, indica que a obra da mesma, genericamente está concluída. Contudo, quer a montante, quer a jusante, vai entroncar com outras obras. A parte que referiu, está muito deteriorada, no acesso à Barragem, por baixo do viaduto, só ainda não foi intervencionada porque vai ser feito o nó de ligação da Variante a Sanfins do Douro. A obra está em concurso e ainda não foi intervencionada, na medida em que vão haver obras de construção civil e não pavimentavam para depois esburacar novamente o pavimento. No que diz respeito à parte onde a Variante finaliza, onde entronca com a Estrada Nacional, também esse entroncamento ainda não foi finalizado porque aí vai entroncar o nó da IC5, que neste dia está a ser apresentada em Bragança, por sua Excelência, o

Sr. Primeiro – Ministro. No que concerne ao resto, está concretizado, mas há ainda um problema na iluminação, ao chegar à Variante, junto do Teatro Auditório Municipal, cuja proposta já foi aprovada em reunião de Câmara e enviada para a EP, contudo, como a Câmara Municipal reclamou mais iluminação, teve um atraso. Indica que no projecto inicial apenas contemplava a iluminação da rotunda em si e a Câmara Municipal achou que era manifestamente insuficiente, nomeadamente por causa do Lar da Terceira Idade, pertença da Santa Casa da Misericórdia. Assim exigiram o prolongamento da iluminação, que foi concretizado agora e está a ser certificado pela Certiel, daí o facto de ainda não estar ligado. Esclarece que para além das informações contempladas nos documentos enviados, pretende ainda dar outras informações que decorreram do trabalho normal, em termos Autárquicos, de procura de investimentos para o Concelho e de umas visitas que fizeram a Lisboa, no sentido de tentar desbloquear algumas situações. Refere uma que “lhes é particularmente querida” porque teve um processo complicadíssimo em que houve uma ofensa, uma afronta ao Concelho de Alijó, quando no Mandato anterior, estavam à espera que esta obra fosse concretizada e de repente viram que o dinheiro que estava previsto para a Pousada da Juventude de Alijó, apareceu no PIDAC de Boticas para reconstruir uma Pousada da Juventude. A Câmara Municipal de Alijó, desde a primeira hora, sempre disse que não era contra a construção de uma Pousada em Boticas, mas não aceitava que isso fosse feito à custa do Concelho de Alijó e à custa das verbas que estavam previamente destinadas ao Concelho de Alijó. Felizmente essa situação de justiça com o Concelho de Alijó foi reposta agora. Afirma que tal como sempre disse em Campanha Eleitoral, e recentemente na resposta a um requerimento dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, que tinha a garantia absoluta da parte do Executivo de que essa situação de injustiça, ia ser reposta e a Pousada da Juventude ia ser construída, independentemente da construção da Pousada da Juventude de Boticas. Afirma que é com alegria e satisfação que afirma que esta foi mais uma batalha ganha pelo Concelho de Alijó. Indica que tem na sua posse o Diário da Republica III série, de 26 de Abril, onde foi aberto o concurso para a construção da Pousada da Juventude. Na abertura do concurso, têm a construção da Pousada da Juventude com as características fundamentais: concurso publico, construção da Pousada da Juventude incluindo fundações e estruturas, construção civil, rede de águas e esgotos, instalações eléctricas, telefónicas, direcção de

incêndios, AVAC e gás, elevador e arranjos exteriores – valor global desta intervenção ascende a um milhão e quinhentos mil euros (trezentos mil contos, sem IVA). A duração do contrato e prazo para a sua execução são trezentos dias, a contar da sua adjudicação. Esta intervenção vai ser feita numa área com cerca de 1529 m² de área bruta, onde estava previsto, na ex – Delegação Escolar. Informa que o Sr. Secretário de Estado vai fazer o Auto de Consignação da mesma, provavelmente no mês de Setembro e fazem questão de vir a Alijó, pessoalmente fazer o referido Auto da obra. Esta obra constitui mais equipamento colectivo para Alijó, de enorme importância pois tem um factor acrescido: o Distrito de Vila Real pode ter várias Pousadas, mas a de Alijó, vai ser a Pousada da Juventude do Distrito de Vila Real, no que concerne ao protocolo que o IPJ, a Movijovem, a Secretaria de Estado da Juventude, fará com a Mobilidade Jovem, quer em termos internos, quer externos. Esta é uma Pousada localizada no Município de Alijó, mas de âmbito Distrital. As outras Pousadas que poderão existir, são de âmbito local, a de Alijó é de âmbito Distrital, sendo para servir toda a população jovem e juvenil que se dirija ao Distrito de Vila Real, quer em termos da população nacional, quer internacional. Informa ainda a Assembleia Municipal que o processo de análise das Candidaturas da fase final da adjudicação da empreitada da construção do Centro de Saúde de Alijó, está finalizada, para a qual também contribuíram, enviando dois técnicos. Na última visita do Sr. Ministro da Saúde, ao Distrito de Vila Real, foi informado que para breve, o empreiteiro que venha a ganhar a obra, ser-lhe-á feito o Auto de Consignação, para no mais curto espaço de tempo possível, poderem iniciar as obras de construção do novo Centro de Saúde de Alijó. Isto de forma a que quando estiverem terminadas as obras de recuperação do actual Hospital da Santa Casa da Misericórdia, para uma unidade de cuidados integrados e sobretudo de apoio de recuperação das intervenções, que em vez de recuperarem das mesmas, no Hospital de Vila Real, têm um hospital de retaguarda, possam tentar articular a finalização das obras deste com as obras do Centro de Saúde. Sua Excelência Sr. Primeiro – Ministro, está neste dia a apresentar o Plano Rodoviário Nacional para Trás os Montes e Alto Douro, em Bragança. Também está presente o Sr. Vice – Presidente da Câmara, em representação da Instituição Câmara Municipal de Alijó, onde está a ser contemplado o IC5 que vai fazer ligação entre o actual nó da Variante e o Populo, ligando definitivamente o Concelho de Alijó ao IP2, IP3 e IP4. Desta forma o Concelho de Alijó fica ligado

quer ao Litoral, quer a Espanha, de forma mais rápida e mais atractiva, para quem queira visitar o Concelho. Foca ainda a reestruturação do sistema cooperativo das Adegas Cooperativas do Concelho e informa que aquando da Feira dos Reis, solicitaram a vinda do Sr. Secretário de Estado da Agricultura, para tentar arranjar uma solução a propósito deste problema e com particular urgência por causa da situação vivida em Sanfins do Douro. Entretanto, a Direcção Regional de Agricultura de Trás os Montes e Alto Douro, através do Sr. Director – Geral adjunto, engenheiro Graça e do assessor para a direcção nesta matéria, engenheiro Pereira, reuniram com as Direcções de todas as Adegas, tiveram ainda uma reunião com o Sr. Secretário de Estado e estão a fazer uma concentração das Adegas enquanto unidades produtivas e como tal unidades comerciais industriais, mantendo a direcção produtiva entregue aos seus Associados. Estão a evoluir no sentido do que já fizeram no sector leiteiro e que estão a fazer nas empresas de uma maneira geral, passando a diminuir os custos de produção, aumentar a sua capacidade de competir no mercado e tentar viabilizar as Adegas, ou seja, tentar viabilizar a vida dos pequenos e médios agricultores do Concelho de Alijó. No que diz respeito ainda à visita do Sr. Primeiro – Ministro ao Distrito de Bragança, anuncia que vai ser inaugurada dentro do sistema multimunicipal das Águas Trás os Montes e Alto Douro, uma outra Barragem, no Mourão, no dia 29 de Abril 2006 pelas 9.30h em Vila Flor. Esta Barragem vai contribuir para diminuir o problema da seca que se sentiu ao longo do ano. Informa ainda que esteve reunido com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, onde discutiram não apenas o problema da seca, mas ainda outras questões relacionadas com o ambiente no Concelho de Alijó. Nesta reunião estiveram presentes as Câmaras Municipais de Alijó, Lamego, Torre de Moncorvo e Vila Flor. Estas duas últimas, dado a visita do Sr. Primeiro – Ministro, não se fizeram representar na reunião mas mandaram o *portfolio* das suas preocupações. Esclarece que esta foi a reunião, indicada na última Assembleia Municipal, que solicitaram ao Sr. Secretário de Estado, na sequência do problema da seca. Informa ainda que para além do problema da Barragem, que já está basicamente resolvido, no que diz respeito a uma situação de emergência de curto prazo, exigiram ao Sr. Secretário de Estado e ao Presidente do IRAR e ao Presidente das Águas de Portugal que, o estudo iniciado para resolver um problema de curto prazo no Concelho, fosse alargado, numa perspectiva mais estruturante, não apenas para resolver definitivamente o problema das Freguesias

que ainda não são abastecidas pela água da Barragem, nomeadamente Safres, Amieiro, Vila Verde e Freguesia de Vilar de Maçada. Informa ainda que transmitiram que não aceitavam que começassem a fornecer água da Barragem para Murça, enquanto as referidas Freguesias do Concelho de Alijó, não tivessem também uma cobertura. O estudo foi prometido assim como a Barragem do Pinhão, que está prevista, no sistema multimunicipal, para breve e venha a resolver parte dos problemas das populações de Vila Verde e Vilar de Maçada, dentro do sistema multimunicipal de transvazes e de utilização de Barragens numa perspectiva supra municipal. Indica que ficaram ainda de estudar a futura construção de reservas estratégicas de água, tal como a Barragem do Tua, como uma hipótese de aproveitamento, em parceria com a EDP. Informa que os maiores *experts* da área vitivinícola do mundo, estiveram presentes no challenger de Bruxelas e jornalistas de todo o mundo, que fizeram uma visita à nossa região e, na presença do Sr. Governador Civil e todos os Autarcas de Alijó, S. João da Pesqueira e Sabrosa, reuniram na Pousada Barão de Forrester, onde jantaram, fizeram uma prova cega de vinhos com a colaboração do IVDP, do ICEP e dos maiores *experts* na área vitivinícola do mundo, que vão fazer para revistas da especialidade, uma altíssima promoção da Região do Douro em geral, mas sobretudo do Concelho de Alijó, porque não desaproveitaram a oportunidade para dar a cada um dos jornalistas, um pequeno saco com um cd interativo do Concelho, um roteiro turístico e todo o tipo de vinhos que se produzem no Concelho, com amostras dos mesmos. Eles ficaram com a ideia que o Concelho de Alijó é uma referência na Região Demarcada do Douro e foi extremamente gratificante verificar que esta promoção do Concelho de Alijó se vai fazendo cada vez mais a este nível. Os mesmos ficaram agradabilíssimos quer com o Concelho, quer com a Pousada Barão de Forrester, quer sobretudo com a qualidade dos vinhos que lhes foram dados a provar. A responsabilidade da escolha dos vinhos, não foi da Câmara Municipal de Alijó, mas sim do IVDP e do Presidente desta instituição, Sr. Jorge Monteiro, que fez com a assessoria técnica correspondente, a prova de vinhos. À Câmara Municipal de Alijó, coube a organização do evento, participar no mesmo, pois até o jantar não foi pago pela Câmara Municipal mas pelos Governos Cívicos de Vila Real e Viseu. Conseguiram que o encontro fosse feito no Concelho de Alijó e convidaram os Srs. Presidentes das Câmaras Municipais de S. João da Pesqueira e Sabrosa para estarem presentes, porque como diz o povo “mãos que não dais, porque

esperais”. Estes últimos manifestaram solidariedade com o Municipio de Alijó e este por sua vez também manifestou solidariedade com os mesmos. Informa ainda que o Municipio de Alijó foi contemplado, na sequência de um trabalho em profundidade feito pela Autarquia, com uma Central de Biomassa Florestal. Dentro da renovação do sector estratégico nacional, das chamadas energias renováveis e das novas energias, a Biomassa Florestal, representa um sector de importância capital. Foi aprovado recentemente um Diploma, que estabeleceu dezassete centrais termo eléctrica desta Biomassa Florestal, a nível do todo o País. Uma dessas centrais vai ser construída no Concelho de Alijó. Informa que está neste momento a decorrer o concurso público internacional para o efeito, que termina em Setembro do corrente ano. Esta é uma aposta estratégica que vai exigir de todo o Concelho, uma solidariedade e um trabalho de equipa, verdadeiramente sem precedentes. Para alimentar esta central de Biomassa Florestal, é necessário massa lenhosa e é preciso que ao nível da nossa massa florestal, haja uma articulação entre a central termo eléctrica e a rentabilidade económica da matéria-prima para essa mesma central, que é a floresta. Este processo é um integrado de rentabilização económica da floresta, que vai necessariamente obrigar a que ultrapassem a mentalidade do minifúndio, obrigando necessariamente à associação de pessoas e produtores. Esta é uma oportunidade de desafio, do ponto de vista do desenvolvimento Regional e local, para todo o Concelho e particularmente para uma zona do Concelho que tem sido, ao longo dos tempos, a mais fragilizada, do ponto de vista económico e tem agora uma oportunidade única, de fazer aumentar os rendimentos de todos e cada um dos seus habitantes e das populações nesta perspectiva. Este projecto de Biomassa Florestal, é mais um dos projectos que vão lançar em parceria com as Autarquias de Sabrosa e Murça porque a capacidade da mancha florestal do Concelho de Alijó era insuficiente para alimentar por si próprio e por si só, a central de Biomassa. Esclarece ainda que na ida a Lisboa, tiveram uma reunião sobre esta matéria, com pessoas interessadas neste tipo de concurso. Informa assim que existe uma empresa Espanhola e duas empresas Portuguesas que estão interessadas em fazer este concurso e estão a envidar esforços, no sentido de atrair cada vez mais concorrentes, para assim poderem seleccionar os melhores para este projecto. Este projecto não se limita à construção de uma central termo eléctrica, porque vai exigir de todos, no terreno, de uma grande capacidade de articulação de esforços para alimentar a central e no alimento desta, vai estar

rendimento para todos e cada um daqueles que tenham matéria – prima. Informa que há uma semana esteve uma equipa da Direcção Regional de Educação do Norte no Concelho de Alijó, para analisar as condições da hipótese de se estabelecer um protocolo entre a Direcção Regional da Educação do Norte e a Câmara Municipal, no que concerne à possibilidade de ficarem a gerir o edifício que até ao momento foi do IASE, onde tem funcionado a Residência de estudantes, que neste momento se encontra sub ocupada. Estão num processo de negociação com a Direcção Regional da Educação do Norte para receberem o referido edifício, no sentido de o dotarem de condições para que ele possa continuar ao serviço da Educação. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre novo Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Apenas pretende lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que o seu pedido foi efectuado por escrito, em requerimento e faz parte da Acta da última sessão da Assembleia Municipal. Lamenta que o mesmo se tenha extraviado e não tenha conseguido os elementos. Agradece que o Sr. Presidente da Mesa tome providências no sentido de lhe serem fornecidos os elementos pois são essenciais para o que pretende fazer. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Indica que foi com muito agrado que ouviu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, sobretudo na parte final, porque deu informação sobre um conjunto de obras para o Concelho de Alijó. Dado que todos os dias os habitantes de Favaios lhe colocam a questão, da Variante de Favaios, pretende que o Sr. Presidente da Câmara informe sobre esta questão. -----

-----**DEPUTADO ALBANO PEREIRA:** Pensa que devem enviar um voto de pesar aos elementos da Junta de Freguesia que foram atingidos por um trabalhador da própria Junta, que causou a morte do próprio Presidente. O mesmo deve ainda ser enviado ao Ministério da Justiça para que seja intransigente a castigar o agressor porque se hoje não é fácil arranjar Autarcas, futuramente será mesmo impossível. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Pede desculpa pela sua insistência, mas não tem tido tempo para falar, com a assiduidade necessária, com o Sr. Presidente da Câmara. Lembra que os referidos buracos existem há muito tempo e os funcionários da Câmara Municipal passam lá todos

os dias para se deslocarem à Barragem. Indica que mesmo com a justificação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, de que se vai fazer uma rotunda no local referenciado, podiam reparar os buracos para facilitar a circulação. Refere ainda os caminhos laterais à Variante, que se encontram completamente destruídos e os agricultores já começam a pedir manilhas para colocar nos acessos. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que pressione a empresa responsável, no sentido de concertar os mesmos. -----

-----**DEPUTADA AMÉLIA BAPTISTA:** Começa por pedir desculpa pelo seu atraso. Congratula-se com todas “as notícias agradáveis” transmitidas pelo Sr. Presidente da Câmara. Pretende associar-se ao Sr. Presidente da Junta, Sr. Albano, no seu voto de pesar. Expressa sua preocupação relativamente ao Arranjo Urbanístico do Santuário de N. Sra. dos Aflitos, pois aproxima-se a festa e tem receio que não haja condições para a fazer. Solicita ao Sr. Presidente se digne mandar averiguar a situação para que o referido Arranjo esteja concluído antes da festa. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, informa o Sr. Deputado Jaime Cardoso que lhe chegou informação que o seu pedido, não se extraviou, pois já está a ser tratado e prestes a ser enviado. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Jaime Cardoso, informa que não houve qualquer troca ou perda de correspondência, tal como acabou de se confirmar. Esclarece que tinha referido que não lhe tinha chegado nada e o assunto estaria a ser tratado. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Belarmino Monteiro, sobre a Variante, é assunto que está a ser tratado e não se pronuncia sobre coisas que ainda não estão concretizadas. Vai continuar a lutar pela referida Variante, tal como lutou pela Pousada da Juventude. Quando a mesma estiver concretizada, terá todo o prazer em a anunciar e acredita com optimismo que vão conseguir vencer essa batalha, que não se apresenta fácil. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado e Presidente da Junta, Sr. Albano, não pode estar mais de acordo com a sua intervenção, pois hoje em dia é necessária uma grande coragem física e uma grande resistência psicológica, moral e ética para estar na politica. Relativamente ao Sr. Deputado António Fernandes, solicita que o mesmo ouça o seu esclarecimento para que não restem duvidas. O que referiu na sua intervenção é verdade,

contudo é a justificação que lhe têm dado. No que respeita à Sra. Deputada Amélia Baptista, no que concerne aos arranjos urbanísticos do Santuário, indica que também era do seu agrado que o mesmo já estivesse concluído. Indica que existem no mesmo alguns problemas de definição, em termos de obra, contudo vão juntamente com o empreiteiro, tentar acelerar ao máximo, a execução do mesmo, pois tem toda a razão na sua intervenção. A parte da obra, junto à feira, devia estar concluída antes da festa, pois iria causar grande transtorno. Finaliza dizendo que vão todos trabalhar em conjunto para que a mesma esteja concluída atempadamente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** esclarece que o Sr. Deputado Albano terá que apresentar o voto de pesar por escrito, para ser submetido a votação. Introduce o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2005”* e dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que o Relatório de Contas de Gerência, é efectivamente aquilo que se pagou no ano transacto. Do seu ponto de vista, este é um documento técnico, porque exprime a execução financeira do ano anterior. Este documento deveria ser apreciado e não votado, porque a votação não resolve, não há qualquer consequência jurídica, ao contrário do Plano de Actividades e Orçamento que tem consequências jurídicas, a sua não aprovação. Esclarece que normalmente só votam contra uma Conta de Gerência, quando desconfiam da regularidade, porque no fundo, esta reflecte facturas que entraram e foram pagas na Câmara Municipal. Afirma que ainda há pouco tempo assistiu a uma situação na Empresa Aguas de Trás os Montes e Alto Douro, em que várias pessoas manifestaram a sua discordância relativamente a um ou outro aspecto. Contudo relativamente às contas, não há discordância, a não ser que exista algum pagamento não cabimentado ou alguma irregularidade de carácter jurídico. Compreende que a oposição, perante este documento, pretenda fazer uma declaração de princípios acerca do mesmo, mas será mais uma declaração política que outra coisa e se invertessem as posições, também se invertiam as declarações. Deixa apenas mais uma nota, da diferença entre a execução física e a execução financeira. Esta não é uma execução física, mas uma execução financeira da Câmara Municipal, referente ao ano anterior. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Declara que subscreve integralmente o ponto de vista dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, pelo que irá votar contra. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Indica que por vezes graceja com outros Presidente de Junta sobre as contas, pois ainda antes de começar a presente sessão o fez, sem qualquer tipo de maldade. Contudo, o que retrata fielmente o que cada um levou, está no presente documento. No que respeita à Freguesia de Favaios, em termos de transferências correntes, a execução orçamental foi de cem por cento: dinheiro para as escolas e donativo para o carro alegórico que se fez representar no Cortejo Etnográfico. O mesmo não pode dizer em relação às transferências de capital. Assim sendo, lê documento que se transcreve na íntegra: “Sr. Presidente da Câmara: este documento está bem elaborado e no meu entender é de fácil consulta, mesmo para quem como eu, não é técnico de contas. Tanto assim que foi fácil para mim verificar que a Freguesia de Favaios, no ano de 2005, foi aquela que em termos de execução orçamental foi das mais baixas, de quase todas as Freguesias, com excepção de Vilar de Maçada, ou seja, em termos de transferência de capital, de um total previsto de cinquenta e nove mil e trezentos e vinte e cinco euros, apenas foram transferidos quinze mil, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 25,28%. V. Ex.^a, Sr. Presidente da Câmara, saberá porquê. Só espera que no futuro as coisas melhorem, pois não se entenderia que assim não fosse”. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Começa por pedir desculpa pelo seu atraso, contudo deve-se ao facto de estar de serviço, de escala no Tribunal e informa que poderá ainda ter que se ausentar durante a presente Sessão. Em nome da Bancada do Partido Social Democrata, afirma que este relatório não é só um documento técnico. É necessariamente um documento político, porque não é só a execução financeira, é também um relatório da actividade do Município, durante o ano de 2005. Este documento sempre assim foi e hoje estão a fazer o que a Bancada do Partido Socialista fez há uns anos. O documento é técnico mas também é político e enquanto técnico tem documentação abundante, é muito extenso e ainda bem, porque significa que a Câmara Municipal tem uma actividade muito grande. Esclarece que tiveram pouco tempo para analisar o mesmo,

apenas fez uma leitura transversal e não leu todo o documento. A Bancada está inteiramente de acordo, pois a Declaração de Voto apresentada pelos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, é lúcida, inteligente e tecnicamente muito válida. Subscrevem em absoluto a mesma. Tomam esta atitude para marcar meramente uma posição política, porque já sabem qual é o resultado. Indica que seria urgente que pelo menos no próximo ano a Câmara Municipal resolvesse a questão do imobilizado, já que tem uma secção só do Património. É urgente, porque este é um Município rico, é proprietário de muitos edifícios, muito terrenos, muitas redes de água, entre outras coisas. É pena ler no documento que o imobilizado não está feito, não estão inventariados todos os bens que a Autarquia possui. Sugere que se os meios humanos que compõem a secção, não são capazes de fazer esse trabalho, não seria pior solução, entregar o trabalho a uma empresa da especialidade. Seria mais uma despesa, contudo pensa que todos ficariam a lucrar e a Câmara Municipal ficaria a conhecer toda a sua riqueza, todos os bens que possui. Ao falarem do imobilizado, teriam de falar das reavaliações. Se a Câmara recorresse ao processo das reavaliações, muitas empresas, hoje o fazem, sobretudo quando estão com dificuldades de financiamento, para reequilibrar as suas contas. É natural que a Câmara Municipal não recorra a este processo, nem pode, uma vez que não tem o processo do imobilizado feito, mas teria toda a vantagem em o fazer. Expressa a sua preocupação pois sabe que a Câmara Municipal movimenta milhares de contos em compras, que podem ser comprovadas nas dívidas a curto prazo, uma listagem de cerca de dez milhões de euros, muitas delas de fornecimentos. O serviço de armazéns deveria estar a funcionar, pois é muito importante reestruturar toda a secção de armazéns porque a Câmara precisa a todo o momento de saber o que comprou, o que saiu e para onde foi. A Câmara movimenta e faz muitas compras durante o ano, sobretudo de materiais de construção e sobretudo no último ano, foram muitos milhares de contos de materiais de construção, que foram oferecidos e a Câmara pôs à disposição, de muitos Municípios, de muitas famílias pobres e tudo isso deveria constar do presente documento, o que constitui uma falha muito grave. Afirma que ao lerem e analisarem o documento, ficaram um pouco preocupados com o montante da dívida da Câmara. Não tem dúvidas relativamente à dívida legal, de empréstimos bancários, está perfeitamente identificada na ordem dos 7,6 milhões de euros. A sua dúvida é a seguinte: aparece uma dívida a fornecedores a curto prazo na ordem dos dez milhões de euros e

aparece depois outro conjunto de mapas com outra dívida mais ou menos que ultrapassa os 2,5 milhões de euros; aparece ainda outra listagem com os contratos feitos pela Câmara na ordem dos 10 milhões de euros, contudo há uma quantidade de contratos que estão total ou parcialmente pagos e pelas suas contas, faltará pagar cerca de 5,6 milhões de euros. Significa que se somarem tudo isto, a dívida da Câmara anda na ordem dos 25 ou 26 milhões de euros. Solicita assim que o Sr. Presidente esclareça esta situação. -----

-----**DEPUTADO VITOR SILVA:** Indica que foi com grande satisfação que a Bancada do Partido Socialista deu conta que este é o documento mais completo de sempre, apresentado à Assembleia Municipal. Não vão afirmar que está completo, porque não é verdade, mas dentro de todos aqueles que até hoje foram apresentados, é efectivamente o mais completo. Este contempla já o balanço, a demonstração de resultados e várias demonstrações financeiras. É certo que desde o mandato do Dr. Cerca, que vem existindo uma melhoria dos meios informáticos existentes na Câmara Municipal e com esta rede será mais fácil fazer face ao preenchimento deste tipo de documentos o mais completo possível. No que diz respeito à valorização das existências, tal como diz o Sr. deputado Aníbal Ferreira, não está feita, a conta 31 e 32, compras e mercadorias, assim como a conta 61 que entra directamente na demonstração de resultados, não podem estar expressos neste relatório. Assim como o Património, não estando feito, também a conta 42 não pode estar completo neste relatório, no entanto já há alguns valores no imobilizado, como pode ser verificado, no mapa do balanço. Refere ainda que, tecnicamente, este documento está muito bom, de fácil e agradável leitura, que inclusivamente espelha no balanço e na demonstração de resultados uma fácil apreciação do ano em questão e do ano anterior. É mostrado o orçamento e a execução, que também são de fácil leitura. Pensa que este documento é muito mais técnico do que político. A execução do orçamento em 72%, o investimento directo realizado em 66%, a receita de execução superou os 40%, a receita corrente superou os 92%, a nível da receita, com as taxas de caça por uso e porte de arma 183%, as taxas de secretaria 519% e o aluguer de espaços e equipamento 217%. É verdade que a execução do orçamento de despesas desceu em 35% face a 2004, mas embora tivesse este crescimento, diz respeito a uma despesa feita em investimento e não em despesas correntes, o que é manifestamente importante. Quanto ao limite de endividamento do pessoal em 100%, houve 35%, o

que parece um valor bastante razoável, do que estava previsto para as despesas correntes às Juntas de Freguesia 93% e às Instituições sem fins lucrativos 93% em 100% é muito bom. Quanto às despesas de capital, para as Juntas de Freguesia 49% e para as Instituições sem fins lucrativos 30%, o que constitui um valor bastante razoável. Por tudo isto, a Bancada do partido Socialista, vai votar favoravelmente este Relatório de Gestão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que desde que iniciaram funções no mandato anterior até ao presente momento, tem havido uma preocupação contínua, de forma sustentada, de melhorar cada vez mais os documentos que a Câmara apresenta, quer o Plano de Actividades, quer a Conta de Gerência até numa perspectiva dum documento cada vez com maior rigor e transparência na apresentação dos mesmos, bem como em tudo aquilo que o POCAL exige no que respeita a este tipo de documentos. Dentro da medida de aproximação progressiva à realidade ideal. Assume que a questão do património ainda não está totalmente resolvida e esclarece que esta questão é de facto estruturante e já tentaram a via sugerida pelo Sr. Deputado Aníbal Ferreira. Lembra que quando chegou à Câmara Municipal, havia uma empresa denominada SIGT, responsável pelo levantamento do Património, que pura e simplesmente abandonou a Câmara sem o fazer, porque provavelmente não se entendeu com o assunto, pois é uma situação muito difícil, no que concerne ao património da Câmara. Este é então um caminho que poderão novamente trilhar, mas o que está estipulado na Lei, particularmente no POCAL, estão a fazer um trabalho rigoroso, porque o património é tudo, é fácil de ser levantando, está levantado e foi abandonado pela referida empresa. O cerne da questão está na quantidade de redes de água, de saneamento, de calçadas, etc. Tudo aquilo que executam no plano de Actividades é Património da Câmara. Informa que ao nível da Associação Nacional de Municípios, já colocaram este problema e já transmitiram que para resolver em definitivo esta matéria, nem com empresas privadas, nem com pessoal da Câmara, nem há solução milagrosa que não passe por uma alteração legislativa que permita não desagregar tanto ao pormenor o património, possibilitar uma avaliação genérica, mais generalizada do mesmo para poderem trabalhar. A partir daí tudo que fosse feito, levantado ou sinalizado, seria feito com a nova metodologia. Há imensa dificuldade em consultar os Planos de Actividades de há vinte ou trinta anos atrás e depois actualizar

tudo aos preços actuais. Pensa que, ou há uma alteração legislativa nesta matéria, ou vai ser muito difícil as Câmaras, nomeadamente com a capacidade financeira e com a dimensão de Alijó, poderem fazer um trabalho rigoroso nesta matéria. O mesmo se aplica à questão do armazém, embora mais fácil que a questão do Património. Contudo, esta passa desde logo pela sua informatização porque não é possível fazer uma gestão rigorosa à mão e informa que estão a trabalhar em conjunto com a Associação Nacional de Municípios porque este problema não é sentido apenas pela Câmara Municipal de Alijó. Estão a estudar a possibilidade de eventualmente lançarem um processo de informatização e de intranet, ligar internamente todos os serviços da Autarquia para poderem eventualmente trabalhar. Esta questão será mais fácil de resolver pois não depende de alterações legislativas, depende apenas de questões mais técnicas. A primeira questão, sem a alteração legislativa não pode comprometer-se com o desafio que o Sr. Deputado lançou. Indica que faz esta declaração com total transparência e abertura porque o próprio Estado tem responsabilidade nestas matérias e não pode alterar as Leis e posteriormente não ajudar a fazer a adaptação a essas mesmas Leis, sobretudo quando têm este pormenor e este grau de complexidade. No que diz respeito às dívidas da Câmara Municipal, aos cálculos que fez, devem estar relacionados com a tal “leitura transversal” que fez, porque somou dois documentos distintos. Explica que falta a contratação administrativa, situação de contratos, que segundo percebeu da intervenção do Sr. Deputado, repetiu duas vezes dez milhões, é também uma das exigências da Lei e que pode iludir as pessoas em erro, pois tem a ver com contratos feitos com a Câmara no que diz respeito às obras que já foram adjudicadas e que estão entregues aos respectivos empreiteiros, independentemente do grau de execução. Assim podem estar referenciadas as obras financiadas por fundos comunitários que se forem adicionadas ao abono global, dá um determinado valor, mas a Câmara não vai pagar a totalidade dessa obra. Dá como exemplo a obra da Aldeia Vinhateira de Favaios, pois só essa obra são 750 mil contos, dos quais a Câmara só vai pagar 25%, sendo 75% a fundos comunitários. Indica que poderia ainda dar como exemplo os Miradouros, o GTL do Pinhão que também é financiado. Portanto a dívida da Câmara não são 25 milhões de euros (ou 5 milhões de contos), se assim fosse, a dívida era maior agora do que a que tinham quando iniciaram o Mandato anterior. Esclarece que a dívida da Câmara é muito inferior aos números apresentados pelo Sr. Deputado, pois se assim não

fosse, não teriam direito a um rateio, no que diz respeito à capacidade de endividamento, quase na ordem dos 200 mil contos, o que significa que tiveram uma execução orçamental e uma diminuição da dívida verdadeiramente exemplares, pois foi a Câmara que mais capacidade ganhou de contrair empréstimos mesmo com as limitações do actual Orçamento de Estado. Tal só aconteceu porque foram extraordinariamente eficazes na diminuição da dívida, porque o estado estabeleceu metas, objectivos para as Câmaras que tivessem capacidade para diminuir a sua dívida. Este rateio é na ordem dos 200 mil contos, sendo quase o dobro do rateio a que tiveram direito no ano anterior e neste ponto de vista, a situação da Câmara está boa. No que diz respeito à questão colocada pelo Sr. Deputado Belarmino, todos sabem relativamente a esta matéria que uma coisa são as transferências correntes e outra são as transferências de capital. Indica que as transferências correntes, são sempre pagas na totalidade, o que tem cumprido escrupulosamente desde o início do Mandato anterior até ao presente momento, porque têm a ver com funcionamento corrente das respectivas Freguesias. No que diz respeito às transferências de capital, elas não dependem apenas dessa situação, dependem também do lançamento das obras, da dinâmica da conclusão das obras, etc. O facto de, relativamente à sua Freguesia, estarem no documento previstos 59 mil euros e ter-lhe transferido apenas 15 mil euros, teve exactamente a ver com esta dimensão e explica que relativamente ao aperfeiçoamento que está a fazer, também do Plano de Actividades e Orçamento e em função das novas regras, está a ponderar seriamente a hipótese de num próximo Plano, diminuir o bolo global previsto de transferências de capital, mas garantir a cada Junta de Freguesia que receberá esse bolo global por duodécimas, para acabar com esta situação. Assim cada um será responsável pela gestão dos seus próprios recursos, desde que a lei o permita e não seja incompatível com a situação da Câmara Municipal. Indica ainda que está a estudar esta situação com muita profundidade e vai fazer isto, de forma a que os investimentos em despesas correntes e de capital da Câmara para as respectivas Juntas de Freguesia sejam duas receitas garantidas com a mesma ordem de execução: 100% e depois cada Junta de Freguesia tem que justificar como e onde o gasta. -----

----- O **PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por maioria com 25 votos a favor, 06 votos contra e 01 abstenção. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Autorização de Celebração de Protocolo de Amizade e Cooperação entre o Município de Alijó (Portugal) e o Governo da Província de Lunda Sul – (Angola)”*. Dá a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar o mesmo. -----

-----**PREIDENTE DA CÂMARA:** Indica que este processo de geminação entre o Município de Alijó e a Província de Lunda Sul em Angola, já teve início no mandato anterior e tem como principal objectivo tentar abrir novos caminhos à actividade económica de uma maneira geral no Concelho, quer no que concerne às empresas já instaladas, quer no que concerne aos recursos humanos, aos jovens licenciados, etc. O objectivo está bem explanado no protocolo de colaboração. Aproveita para informar os Srs. Deputados que o mesmo vai ser executado entre o dia 25 de Maio e o fim do referido mês. Nesta data irá acompanhado pelo Sr. Vereador do Desporto, da Cultura e Turismo, a Angola para executar o protocolo porque coincide com a comemoração dos 50 anos da capital da Província Lunda Sul. Esta será a primeira visita, uma visita institucional e indica que o presente Protocolo teve de ser levado a Reunião de Câmara, onde foi aprovado por unanimidade assim como à Assembleia Municipal, onde gostaria que também fosse aprovado por unanimidade, pois reporta-se a uma aposta estratégica, que aos Portugueses diz muito, tendo em conta os laços de amizade e de longo convívio que tiveram com este País irmão. Indica ainda que esta é uma oportunidade de ouro, para poderem abrir uma janela económica para o Concelho de Alijó, como já outros Países o fizeram. Não podem estar a garantir coisas, pois a única garantia que têm é que com base neste protocolo, futuramente poderá haver intercâmbio de pessoas, bens e actividade económica relevante entre o Município de Alijó e a Província de Lunda Sul. Esclarece ainda que, como é do conhecimento de todos, hoje em dia, a economia é global e a procura de emprego e trabalho é também global. A Angola, de uma forma geral, é um país em construção, portanto devem apostar nestes Países que precisam de nós e dos nossos recursos humanos para se reconstruírem e não em Países que estão como o nosso, já com sobrecarga a este nível. Deseja que esta seja a primeira de muitas visitas e futuramente, gostaria de ver envolvida a actividade económica do Concelho e eventualmente até Srs. Presidentes de Junta, outros membros autárquicos, nestas viagens e intercâmbios para fortalecer os laços e deixar uma forte comunidade Portuguesa em Angola e uma

porta aberta aos jovens e à actividade económica naquele País. Finaliza apelando a que o mesmo seja aprovado por unanimidade. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** Indica que esta é uma zona que conhece particularmente bem e está plenamente de acordo com o que o Municipio vai fazer. Questiona ao Sr. Presidente da Câmara qual é a comitiva empresarial que o acompanhará a esta visita. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que caracterize e localize a referida Província, bem como a sua actividade principal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Dirige-se ao Sr. Deputado Manuel carvalho, dizendo que nesta primeira visita, apenas irá acompanhado pelo Sr. Vereador, tal como o Sr. Governador quis relativamente ao Protocolo para poderem assinar. Indica que tal como referiu na sua anterior intervenção, o seu objectivo é que esta será a primeira visita e depois do Protocolo assinado, o objectivo é abrir caminho a todo o Concelho, no que diz respeito a todo o seu sector comercial, industrial, comercial e agrícola para estar presente na província de Lunda Sul. Esta é uma situação institucional para assinar apenas o Protocolo e coincidir com as festas dos 50 anos. O Sr. Governador enviou convite para irem para a sua residência, para no fundo trabalharem e efectuarem a assinatura do protocolo, em termos formais. Esclarece que esta é uma proposta, não é definitiva e vão deslocar-se até Lunda Sul, a fim de discutir uma proposta suficientemente genérica, para depois poderem abarcar os diferentes domínios. Esta é uma primeira visita de institucionalização da parceria entre o Municipio de Alijó e a Província de Lunda Sul e depois outras oportunidades surgirão. No que diz respeito à questão levantada pelo Sr. Deputado Telmo Pinto, esclarece que é uma Província que fica no interior da Angola, na fronteira com o Zaire. É a Província Angolana com maior numero de rios, foi uma província que não foi muito afectada pela guerra e é dos territórios que praticamente não tem minas, a destruição é diminuta. É a zona de Angola que foi o último reduto do quartel – geral da UNITA e também está na zona por excelência da produção de

diamantes. Tem ainda dois aeroportos, um aeroporto estatal e outro privado, da empresa multinacional americana que faz a exploração dos diamantes. É um território rico, do ponto de vista agrícola e económico. Informa que conheceu o Vice – Governador, pessoa altamente informada, perfeitamente actualizada sobre a dinâmica económica dos tempos que correm. É uma Província e um espaço territorial que está neste momento a crescer economicamente, onde é necessário fazer quase tudo, tem um site na Internet, mas até a esse nível já estão avançados. É ainda um território que a nível da Educação, da Juventude, sector agrícola e económico, tem todo o interesse para o Municipio de Alijó, em estabelecer este tipo de parceria. Esta está numa fase de reconstrução, é constituída por um conjunto de rios e é a Região da Angola, mais rica do ponto de vista do recurso água. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado com 35 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Aprovação da 5.ª Modificação a que corresponde a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2006*”. Dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que este Ponto da Ordem de Trabalhos tem a ver com a dinâmica do próprio Plano de Actividades e Orçamento, pois quando é aprovado está previsto um conjunto de investimentos e de realizações e ao longo do ano, vão fazendo pequenos acertos. Foi o que aconteceu com esta parte, que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, porque esta Alteração e Revisão, é para poderem receber os dinheiros sobrantes da Conta de Gerência do ano transacto e também algumas candidaturas que entretanto fizeram a Fundos Comunitários, nomeadamente ao nível do PRIME e do PRODEP. Esclarece que o PRIME tem a ver com a renovação e capacidade do ponto de vista energético, ou seja, terem energia com mais qualidade e mais barata. O PRODEP é ao nível do apoio ao transporte escolar, à acção social, etc. Finaliza, apelando aos Srs. Deputados que votem por unanimidade este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições. Não havendo inscrições, colocou o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos* a votação, sendo aprovado por maioria com 25 votos a favor e 05 abstenções. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Aprovação da Carta Educativa*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente a este Ponto da Ordem de trabalhos, pede um pouco de compreensão ao Sr. Presidente da Mesa, pois necessita de algum tempo para o apresentar e esclarecer uma situação que acha importante, para que todos possam ficar verdadeiramente esclarecidos e possam votar em consciência. Indica que devido a umas candidaturas, não esteve presente na totalidade da Reunião de Câmara e foi com alguma surpresa que verificou a Declaração de Voto dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata. Indica que respeita a mesma, no entanto é necessário fazer um esclarecimento pois pode haver confusão entre dois domínios totalmente diferentes e distintos. Um deles tem a ver com o encerramento de escolas e outro com a Carta Educativa Municipal. São duas realidades totalmente distintas, que é necessário separar. Disseram os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, na sua Declaração de Voto, relativamente a esta matéria, que não compreendiam como é que a Câmara Municipal tinha na altura, rejeitado na proposta do Ministério da Educação e agora estava a aprovar a carta Educativa. Pretende assim esclarecer todos os presentes que, não há qualquer contradição nesta matéria. Gostava ainda de reiterar os motivos pelos quais votaram contra a proposta de encerramento de Escolas do Ministério e os motivos pelos quais têm de aprovar a carta Educativa. Esclarece ainda que uma coisa não tem rigorosamente nada que ver com a outra, embora estejam interligadas, trata-se de dois domínios totalmente distintos. A Câmara Municipal de Alijó, recusou o reordenamento da rede, proposto este ano pelo Ministério da Educação, basicamente por três motivos, sendo o primeiro, porque a Carta Educativa ainda não tinha sido aprovada e consideraram que era uma estultice estarem a aprovar o reordenamento da rede escolar sem primeiro aprovar a magna Carta Educativa desse reordenamento, em termos das grandes linhas orientadoras e que era verdadeiramente uma metodologia, do seu ponto de vista, errada; o segundo motivo pelo qual votaram contra o encerramento das escolas este ano, tal qual foi proposto pelo Ministério da Educação, por uma razão clara e objectiva, é que são contra o encerramento, sem primeiro ser feito o investimento onde deve ser feito, ou seja, o que sempre propuseram ao Ministério da Educação, é

que em primeiro lugar deveria construir centros escolares integrados e só depois deveriam pensar nas escolas a encerrar; a terceira razão tem a ver com o Centro Escolar Integrado da Sede do Concelho, que esteve em PIDDAC, cujas verbas estiveram contempladas em PIDDAC e que posteriormente, sem qualquer justificação, foram retiradas, tendo a Câmara Municipal que avançar com dinheiros única e exclusivamente do Município para reconstrução do referido Centro Escolar Integrado de Alijó, que se encontra na sua fase terminal, ou seja, quer por questões de princípios, quer por questões metodológicas, quer por razão prática corrente, foram contra o encerramento das escolas, deste ano, da forma como foi proposto: sem planeamento, sem articulação de investimentos e sem definições dos centros onde o investimento devia ser feito. Depois disto deviam aprovar a Carta Educativa para o Concelho de Alijó, para garantir investimentos futuros, nos Centros Escolares, pois era assim que deveriam fazer e não “começar a casa pelo telhado, mas pela base” e depois apresenta-los à Comunidade Educativa. No próximo Quadro Comunitário de Apoio, o Concelho de Alijó, não ia receber um cêntimo para o reordenamento da sua rede. Indica ainda que se não aprovassem esta Carta Educativa, que não é um documento fechado, é um conjunto de linhas orientadoras, um documento claramente científico, que contempla três cenários, numa base da evolução demográfica do Concelho, que está na Lei como o documento deve ser elaborado. Este tem um determinado procedimento que tem que ser seguido e por isso foi entregue a uma equipa da UTAD com enorme capacidade técnica e científica, responsável pela elaboração deste documento. Na elaboração do mesmo, não há juízos de valor de carácter político, com base nas estatísticas do INE e do DEGAI, do Ministério da Educação, do Planeamento e Ordenamento do Território, uma análise prospectiva dos últimos 20 anos de evolução demográfica da população estudantil do Concelho e uma projecção para dois grupos de anos a seguir (10 – 20), relativamente a essa mesma população. O que a Carta Educativa diz não é que agora vão fechar as escolas todas, menos os pólos, mas sim que se a evolução demográfica se mantiver, essas escolas têm os dias contados, a partir de 2009/2010, isto, se a fecundidade se mantiver em níveis tão baixos. Dirige-se aos Srs. Deputados dizendo que se existe alguém que entenda que há alguma Freguesia que não devia fechar e lança o apelo a que os habitantes dessa Freguesia, tenham mais crianças, que as pessoas dessa mesma Freguesia que habitam noutro lado, regressem e não sejam as próprias pessoas a desertificá-la, até

porque actualmente os transportes e meios de comunicação são mais fáceis. Isto, de forma que quando chegasse 2009/2010, em vez de terem poucas crianças, teriam muitas e a hipótese de fecho das escolas já não se colocaria. Acrescenta ainda que relativamente aos cenários previstos, num documento claramente científico, escolheram o cenário mais favorável à manutenção das pessoas no terreno tal como apontam os técnicos e o Conselho Municipal da Educação que tem treze representantes e foi aprovado por unanimidade. Este documento apresentava três cenários: o primeiro, o mais gravoso do ponto de vista da desertificação, do fecho de escolas e do despovoamento do Concelho de Alijó, no que diz respeito às diferentes Freguesias, concentrar tudo na sede, fazendo uma mega escola para o 1.º Ciclo, na Sede do Concelho, em Alijó e fechava tudo, já em 2009/2010, inclusive o Pinhão; o segundo cenário era reduzir a situação de investimento basicamente a dois pólos: Alijó e Pinhão (o resto fechava tudo), porque ficavam agregados às duas escolas EB 2,3 que existem; terceiro cenário foi aprovado: é o menos restritivo. Para este cenário, houve muita pressão da Câmara Municipal de Alijó, para que fosse aprovado. Indica que foi aprovado pelos treze, é o menos grave, mais apoiante de um planeamento da rede educativa, de forma articulada, com o que podem articular e com o que a Lei permite defender, que foram exactamente as cinco Vilas mais Pegarinhos. Isto, devido ao critério demográfico e ao critério da deslocação entre os espaços e das infra – estruturas já existentes. Informa que Pegarinhos ganhou relativamente a outras hipóteses, na chamada “zona Norte do Concelho” porque já tem uma P3 e porque vai passar lá perto, o IC5, ficando muito perto das acessibilidades. Esclarece que a Lei diz que o fecho das escolas não tem apenas a ver com a redução de alunos mas também as distâncias da deslocação desses mesmos alunos. Estes cenários para além de estarem na Carta Educativa, foram apresentados de forma sucinta, com uma caracterização rigorosa, em Powerpoint, no Conselho Municipal da Educação, que aprovou por unanimidade e que também reflectiu sobre estas vantagens e inconvenientes. Dirige-se aos Srs. Vereadores, dizendo que não há contradição nenhuma, pois uma coisa é o encerramento que foi proposto para este ano, outra coisa é a Carta Educativa, que têm que elaborar e têm que propor para começar a funcionar, se isto se mantiver a partir do ano lectivo 2009/2010. Isto significa que o Ministério da Educação, relativamente ao investimento nas escolas do Concelho, só apoiará a requalificação daquelas que quando chegarem a este cenário, tiverem

estas condições. Indica que quando chegarem a 2009/2010, se Pegarinhos só tiver quatro ou cinco crianças, não vai ser constituído esse pólo e se em vez de Pegarinhos for outra qualquer, vai ser essa mesma. A resposta está nas populações e se não aprovarem este documento, Alijó ficará arredada, não apenas dos investimentos físicos (na construção ou reconstrução desses pólos) mas também no que diz respeito a investimentos no apoio da rede escolar, da acção social escolar, dos transportes, etc., porque isto é uma obrigação institucional e têm que concluir este documento, assim como o aprovar agora, de forma que no início do próximo ano lectivo todos os Municípios tenham esta Carta Educativa aprovada. Relativamente a este tipo de investimentos, também aqui vai começar a lógica supra municipal e se não tiverem o documento aprovado, não têm direito a fundos comunitários. Finaliza esclarecendo que o documento não é fechado, estabelece balizas e orientações, não é uma proposta de fecho de escolas mas de reordenamento da rede, com base em pressupostos científicos que se forem alterados, a proposta também tem que ser alterada. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Começa por indicar que a empolgação e entusiasmo do Sr. Presidente da Câmara o contagiaram e afirma que a mesma tem várias vertentes, apesar de confiar na honestidade das suas palavras e intenções. Contudo, há problemas que transcendem a sua boa vontade, a sua capacidade de gerir determinado tipo de problemas. Depois de analisar os factos por outro ângulo e não apenas pelo ângulo em que tentou, e talvez com alguma razão, que são dados científicos, formados por treze elementos, do Conselho Científico. Isto pretende um pouco daquilo que pretendem fazer para que os técnicos venham de encontro, ou não, com o ponto de vista pretendido. Do ponto de vista técnico, há muitas coisas que se poderiam falar. Foca o problema da Juventude e da incapacidade do interior, de ter filhos. É do conhecimento de todos que há muita incapacidade de aumentar o número de crianças especialmente até 2009/2010 e não lhe parece que isso seja viável pois a juventude que está em idade da procriação, emigrou para outros países e estão a ter filhos lá. Indica ainda que é muito complicado que se possa inverter essa tendência. Depois há ainda o problema do ponto de vista económico, também não vê que haja vantagem nenhuma em concentrar uma escola enorme em Alijó ou quatro ou cinco escolas em todo o Concelho. Neste

ponto podem ainda focar a agravante, ou factor psicológico, de ter de sair de perto dos pais tão cedo (seis anos), pois perde o contacto com a família, com o local onde nasceu e mais rápido tem vontade de ir embora para outro lado. A medida que se pretende dotar, no sentido de educar, também não se vai conseguir, mas sim o resultado inverso ao pretendido, porque é mais gente que se desliga da família mais cedo, vai embora mais cedo e mais desertificado fica o país. No caminho em que as coisas vão, dentro de cinquenta anos, pode-se constatar que vão fechar a escola C + S de Alijó, por falta de alunos. Isso é decorrente de todo o Concelho. Alijó em si, não teria possibilidade de ter o 2.º e 3.º Ciclos, se não fossem os alunos do Concelho. Há uma série de problemas com os alunos, que levam até à droga e desgraça, porque têm “furos” e não há preenchimento das faltas dos professores. Por outro lado, do ponto de vista económico, o estado não vai despedir professores, vai antes concentra-los, contribuindo também para a desertificação do Concelho. Segundo o que conhece, os critérios para fechar ou não uma escola, partem de dois princípios: o número de alunos e o sucesso escolar. Indica que o primeiro até é aceitável, porque a partir de uma certa idade, não é possível haver procriação. Se o número de alunos for escasso, será de repensar se será aceitável ou não, porque há cerca de quatro ou cinco anos atrás, havia um professor para um aluno deficiente. Agora se houver dez, também fecha, se houver sucesso escolar também fecha. Questiona de quem será a culpa. “Se houver dez alunos e eles tiverem insucesso, será a culpa dos alunos ou do professor? Não há argumentação possível. Se fosse um assunto seu, pessoal, perdia todo o dinheiro da CEE, mas não fechava escolas”. -----

-----**DEPUTADO BALTAZAR BULAS:** Afirma que está plenamente de acordo com as palavras do Sr. Deputado Jaime Cardoso. No que respeita à Freguesia de Carlão, lembra a esta Assembleia Municipal que só tem 26 alunos e querem transferir esses alunos para Pegarinhos, que tem apenas 20 alunos. Afirma que como bairrista e homem de Carlão, fará tudo para “envenenar aquela gente, porque Carlão não é uma terra qualquer”. -----

-----**DEPUTADA CAROLINA AMÉLIA:** A sua intervenção vai no sentido de explicar a esta Assembleia Municipal, o seu voto contra, em relação à Carta Educativa Municipal e ao encerramento da EB1 em Vila Verde. Lembra que a Freguesia de Vila Verde é uma das mais dispersas do Concelho de Alijó, provavelmente as pessoas que costumam percorrer esta Freguesia

sabem que, demora o seu tempo, mesmo em campanha eleitoral, isso verifica-se. Para as pessoas que estão há pouco tempo na Assembleia Municipal, indica que o podem comprovar nos mapas da Freguesia. Isto implica que as crianças têm que se levantar muito cedo, trazendo problemas de saúde e de certa forma o insucesso escolar. Indica que, neste momento, as crianças da Freguesia de Vila Verde, levantam-se em média às 6h / 6.30h e são os últimos a chegar a casa. O Executivo deve exercer as suas influências pois estão em causa as crianças que ali vivem e as quais representa. Está em causa a justiça e igualdade de direitos. No seu entender, como Presidente da Junta de Freguesia, pensa que a parte norte do Concelho, teria necessidade de um núcleo escolar intermunicipal, por exemplo entre o Município de Alijó e o Município de Sabrosa. Isto, porque à semelhança dos quilómetros que as crianças da Freguesia de Vila Verde fazem, também fazem as crianças da Freguesia de Torre do Pinhão e da Freguesia de Parada do Pinhão. Pensa que isto, seria algo que os dois Executivos se deveriam realmente debruçar para evitar que aquelas crianças madruguem. Indica que é difícil dar um pequeno-almoço a uma criança que se levanta às 6.30h da manhã e que muitas vezes leva o lanche que nem chega a comer. Isto vai reflectir-se na saúde das crianças e no insucesso escolar. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Afirma que pela intervenção do Sr. Presidente da Câmara, percebeu claramente que não há qualquer tipo de contradição entre a posição do Partido Socialista da Câmara, quando foi da questão do encerramento das escolas para este ano lectivo e a questão da Carta Educativa. O seu esforço em tentar explicar, sob seu ponto de vista, surte efeito porque percebeu, compreende e também entende que uma coisa é a Carta Educativa, como documento que tem que ser obrigatoriamente feito e que tem que obedecer aos parâmetros científicos referidos pelo Sr. Presidente da Câmara, que aceita, outra coisa são as consequências. Indica que as consequências, são o encerramento de escolas. Pessoalmente e profissionalmente, porque também é dirigente sindical, afirma que os professores vão também ser vítimas desta situação, pois está por garantir que os mesmos não venham a ser despedidos, não integrem uma lista de supra numerários e não sejam despedidos. Indica uma vez mais que a parte negativa da Carta Educativa, é o encerramento de escolas. Não o repugna minimamente votar favoravelmente a Carta Educativa como documento, mas tem sérias dúvidas em votar favoravelmente relativamente às

soluções que propõe. Informa que é contra o encerramento de escolas, seja este ano, seja no próximo ano lectivo ou em 2009/2010 e não apenas por uma questão profissional, mas também uma questão de princípios que tem defendido sempre. Lembra que na sua intervenção, quando falou no encerramento de escolas, disse que conseguia compreender que escolas com menos de dez alunos, fechassem por questões pedagógicas, de interesse do desenvolvimento harmonioso do aluno e mantém essa posição. O que se verifica relativamente às propostas contidas na Carta Educativa é que por exemplo a Câmara Municipal de Alijó, há dois ou três anos, fez investimentos em edifícios escolares, que vão encerrar. Há edifícios escolares no Concelho, classificados na Carta Escolar como bom, mau ou razoável e alguns considerados maus, estão em melhores condições que outros considerados razoáveis. Dá como exemplo a escola de Cheires que está considerada má e está em melhor estado de conservação que a escola de Sanfins do Douro, considerada razoável. Salienta ainda a questão das consequências a médio prazo e das opções, como por exemplo, não concebe que os meninos de uma determinada zona, tenham que ser transferidos para uma determinada escola, quando por razões familiares, de distância, económicas, seria mais conveniente, que elas fossem transferidas para outro centro e não naquele que foi proposto. Indica que está de acordo com o Centro Escolar de Pegarinhos, considerando as instalações lá existentes, mas a razão que se diz no documento, para além da questão das instalações, fala da proximidade geográfica com o Concelho de Murça. O Centro Escolar seria localizado em Pegarinhos para evitar a fuga de meninos para Murça. Relativamente a Vila Verde e fuga para Vila Real, poderiam também argumentar nesse sentido. Em termos de distância, para os meninos da zona Norte, como por exemplo do Pópulo, virem para Alijó e não para Pegarinhos, uma vez que há lá um Centro Escolar. Finaliza afirmando que compreende a Carta Educativa e sua necessidade, está de acordo que a Carta Educativa é um documento técnico, mas as opções que derivam da mesma, não colhem a sua aceitação de voto. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Debruçou-se um pouco sobre a Carta Educativa e existem algumas questões que gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente se o encerramento de escolas foi negociado com a Câmara Municipal de Alijó ou imposto pelo Ministério da Educação. Afirma que é por convicção contra o centralismo, no entanto reconhece que certamente não será muito bom para um professor, nem para um aluno, ter uma escola com três ou

quatro alunos. Por muitas razões, inclusive as familiares, é sempre complicado transferir as crianças de uma terra para outra, nomeadamente para a escola. Afirma que o Sr. Presidente da Câmara afirmou algo que o deixou preocupado, embora a Carta Educativa tivesse sido aprovado pelo Conselho Municipal da Educação, havia outro cenário que era concentrar tudo na Sede do Concelho. Afirma que não tem nada contra Alijó, mas “era só o que faltava”, a Freguesia de Favaios, sendo a segunda em população estudantil, vir ser concentrada em Alijó. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Favaios e cidadão comum, sempre se irá opor à concentração na Sede do Concelho. ----

-----**DEPUTADO ALBANO PEREIRA:** Informa que é Presidente de uma Freguesia que já não tem escola há três anos. As escolas quando fecham, é um drama para o interior, mas contra factos, não há argumentos. As crianças não existem, também não poderão existir escolas. O drama não é assim tão grande, quando os Autarcas, onde as escolas fecham, sabem tirar proveito daquilo que fica. Casal de Loivos já não tem escola há três anos e nem por isso deixaram de ser felizes, porque todo o espólio que ficou, está a ser aproveitado e continuarão a ter escola. O edifício tem quatro salões e dois recreios. Dos recreios fizeram um salão de espectáculos e aproveita para prestar homenagem ao Sr. Deputado Aníbal Ferreira, Presidente da Câmara, na altura em que fizeram a adaptação. Indica que se não tivessem ficado sem escola, não o teriam. Nos quatro salões, um foi adaptado em Sede da Junta de Freguesia, outro tem os computadores ligados à Internet para os jovens aprenderem a lidar cada vez melhor com as novas tecnologias. No mesmo salão, tem uma estante com todo o espólio, livros e material didáctico deixado. No centro tem duas mesas com cadeiras, onde as pessoas se podem sentar a ler os livros deixados. Os mais pequenitos brincam, escrevendo nos quadros e com todas as coisas deixadas, próprias para crianças. No outro salão, é para pôr mesas para os mais idosos também poderem conviver com os mais novos. No quarto salão, não revela o que vai fazer, “senão algumas pessoas dizem que sou tonto, mas irei fazê-lo”. A escola continua a ser escola e os alunos que andam agora na escola do Pinhão, ainda se sentem mais felizes, porque sentem orgulho em dizer “na minha terra há isto, na minha terra há aquilo”. Os alunos são melhor preparados, sentem-se mais gente, para além de serem bem tratados. Agradece ao Sr. Presidente da Junta do Pinhão, a maneira como recebe e trata as pessoas de Casal de Loivos. Indica ainda que antigamente havia muita rivalidade entre as pessoas de Casal de Loivos e Pinhão e até já

isso está a desaparecer, pois o tempo que as crianças andam no Pinhão, aprendem a gostar das suas gentes. O importante é saber o destino que devem dar às coisas e não dizer “quando a escola fechar, vendo-a”, pois não se vende um edifício, mas sim aguentar o Património e ter a inteligência necessária para continuar a fazer da escola, outra vez escola. Informa que com os antigos alunos descobriu uma fonte antiga, que ainda não sabe que destino lhe vai dar. Pensa que é melhor as crianças conviverem com outras crianças e com outros professores, do que estarem dois ou três apenas com um professor. Agradece ao Sr. Engenheiro Luís Henrique Grácio Azevedo, responsável pelo Pelouro da Cultura, que não tem regateado esforços para o ajudar nesta tarefa. Indica que está a preparar uma exposição, no referido edifício, com trabalhos deixados pelos antigos alunos. Finaliza dizendo que isto não é um drama, é uma forma das crianças se sentirem bem em qualquer parte do mundo porque a formação que se recebe em criança, é a que nos acompanha pela vida fora. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Indica que é Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Mendiz, também vai ficar sem escola e seria fácil para si ir para a praça pública dizer que não queria que a escola encerrasse. Contudo só o faria se pusesse apenas o coração a pensar. Indica que o documento, em si, é extraordinário e reflecte um futuro muito próximo, que diz o que quase todas as Cartas Educativas dizem a nível nacional. A taxa de natalidade baixou drasticamente, portanto não podem culpabilizar os políticos pelo facto das escolas estarem a fechar. Podem culpar por falta de condições, ou melhoramento das mesmas. Relativamente à questão da fixação, informa que tem uma filha com quinze anos e um rapaz com nove anos, que fizeram o pré – escolar e o escolar sempre em Alijó e estão a viver em Vale de Mendiz. Dá ainda o exemplo de Vale de Mendiz que em tempos ficou sem Jardim-de-infância, não porque não tinha crianças, mas porque apareceu lá alguém a dar melhores condições para as crianças, mesmo pagando. Foi uma IPSS de Favaios que ia e continua a ir lá com um carro, acompanhado de uma auxiliar, recolhendo as crianças de manhã e entregando à noite. A uma dada altura as pessoas foram questionadas se preferiam ter o Jardim-de-infância em Vale de Mendiz ou levar as crianças para Favaios, onde optaram por Favaios, mesmo pagando. Questiona o que pode fazer um Autarca, numa situação destas, pois não pode fazer nada, que não seja arranjar soluções. É fácil dizerem que são contra o encerramento das escolas, mas não podem ser irrealistas e viver em utopia. Indica que tal como está feita esta Carta Educativa, deveriam fazer

outras, também relativamente ao desporto. Indica ainda que se esta Carta Educativa fosse elaborada há 10 ou 20 anos atrás, as coisas estariam bem melhor. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Indica que estão perante um documento que reveste grande importância para o futuro da educação no Concelho de Alijó, no entanto parece-lhe que o documento não é tecnicamente tão válido como pode parecer à primeira vista. Logo nos primeiros capítulos, em que fundamentalmente se faz uma análise mais da situação física relativa a edifícios do Concelho e suas condições e posteriormente faz um diagnóstico utilizando fundamentalmente dois critérios. É então usado o critério demográfico, sobretudo os Censos de 1991 e 2001 e o critério da localização ou da deslocalização. Parece-lhe ainda que relativamente à análise que é apresentada acerca da situação do Concelho, no aspecto de equipamento, esta é um pouco distorcida e em alguns aspectos contém alguma arrogância que não se justifica. Se o que está expresso no primeiro capítulo, é verdade, “imaginem a desgraça que vai por esse país fora”, porque o Concelho de Alijó se não tinha um documento, um papel, desde há muito tempo que foi um Concelho onde se actuou, fazendo na pratica o que agora se chama Carta Educativa Municipal. Lembra que esta situação vem desde 1985. O Concelho de Alijó, foi um dos Concelhos onde a Câmara actuou nestes aspectos e foi muitas vezes apontado como o Concelho padrão para o país, actuando de forma global e a actuação tinha de dar uma cobertura total ao Concelho, até ao fim do ensino secundário e portanto ficaria de fora, porque não tinham essa pretensão do ensino universitário e tinham equipamento. A Câmara investiu, vem investindo estes anos todos e manteve sempre equipamentos muito bons. Quem conhece a realidade do país, sabe que são de facto muito bons e por isso confessa que foi com alguma mágoa que leu o que vem sobretudo na primeira parte do documento. Indica que o documento não desenvolve, ignora completamente tudo o que são critérios pedagógicos. Está de acordo com os dois critérios referidos pelo Sr. Presidente da Câmara, pois são verdadeiramente visíveis, a demografia, a população, a evolução da população e o movimento dessa mesma população estudantil e não só, na área do Concelho. Contudo, tudo que são critérios pedagógicos, não estão focados, não há um único capítulo onde possam ver critérios pedagógicos, culturais, sociais ou o problema que era um critério que vinha justificando o encerramento de algumas escolas, do insucesso e do abandono. Indica que esteve a ver o documento e apenas se dedicam meia dúzia

de linhas e nessas não dizem absolutamente nada, ficando sem saber por exemplo quais as percentagens, não são apontadas soluções e esse é um dos problemas graves. Indica que numa reunião da Comissão de Acompanhamento de Crianças e Menores em Perigo, realizada no dia 27 de Abril, foi analisada exactamente esta situação. A Carta omite esta questão que é importantíssima, para terminar uma proposta. Indica que não está de acordo com a proposta do reordenamento da rede escolar, porque se utilizarem os critérios que constam do documento e se juntarem os critérios de ordem pedagógica, cultural, social e se analisarem o que se passa, não deixa de ser social, o que se passa com o abandono e com o insucesso. Assim parece-lhe que a proposta de reordenamento que é apresentada no documento, é demasiado curta. Deixa uma sugestão que vai coincidir com estudos feitos mais ou menos em 1985, pois nesta data já se propunha para o ensino primário, doze centros e na sua óptica uma Rede com estes doze centros, dava mais resposta, não tinha os inconvenientes que foram citados. Relativamente aos que estão indicados, a proposta deveria ser alargada e contemplar um Centro em Vila Verde, Carlão, Vila Chã e S. Mamede de Ribatua. Parece-lhe que assim teriam muito mais equilíbrio na Rede Escolar e responderiam a muitos dos problemas que surgem, pois existem condições físicas para tal. Relativamente ao Centro de Pegarinhos, aceitava que politicamente, apesar do documento não ser político, que para o justificar, pusesse o problema da proximidade a Murça, porque ao porem “no papel” este argumento, estão a dar razões aos nossos vizinhos de Sabrosa e S. João da Pesqueira para retirarem crianças do Pinhão. Como “pai das escolas do Pinhão”, na altura e indica que provavelmente alguns não imaginarão os problemas e as lutas que tiveram para convencer o Presidente da Câmara e os outros Autarcas de S. João da Pesqueira e Sabrosa a aguentarem algumas coisas para poder ser criada aquela escola. Este argumento, pode beneficiar em relação a Pegarinhos, mas pode prejudicar em relação ao Pinhão. Indica ainda que se fizerem a análise ao Pinhão, verão que o Pinhão com a população residente, tem mais crianças do que aqueles que de facto correspondem à população residente. Compreende a urgência da Câmara em ter o documento, porque é fundamental. Indica que uma das coisas que o surpreendeu, foi que o Conselho Municipal reparou que os principais interessados faltavam todos. Não estava presente a Associação de Pais e professores, porque só esteve presente a representante dos Educadores de Infância. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que é lamentável que tentem politizar, com uma enorme carga demagógica, um documento que está plasmado na Lei, a qual diz como tem que ser feito e que não foi feito pela Câmara Municipal de Alijó. É ainda absolutamente lamentável que perante um documento desta natureza, se procure puxar por rivalidades e localismos entre aldeias, entre Freguesias, entre pessoas e se puxem de galões de passados, presentes e futuros. O que está em causa é uma análise científica, feita de acordo com critérios científicos por uma instituição que tem credibilidade, Universidade Trás os Montes e Alto Douro e por uma equipa especializada neste tipo de documentos. Esclarece que este tipo de documentos, obedece a regras rigorosas que foram aplicadas no Concelho de Alijó, como em todos os outros Concelhos. Dos três cenários apresentados, a Câmara Municipal de Alijó, quando teve que se pronunciar, a representante da Câmara, Sra. Vereadora da Educação, Dra. Maria Eduarda Sampaio, fê-lo sobre o cenário menos penalizador relativamente a um eventual fecho de escolas. O cenário um, era concentrar tudo na Sede, o cenário dois era dividir entre Alijó e Pinhão e o cenário três, que era o menos penalizador e que nenhuma outra hipótese se punha, era o dos seis pólos. Compreende que, do ponto de vista afectivo, da situação ideal, ninguém quisesse ver um documento que propõe o reordenamento da rede e que vai funcionar a partir de 2009/2010, se a situação se mantiver. Compreende ainda o saudosismo, mas sem qualquer espécie de demagogia, é profissional da área, não fala como amador, pois foi durante muito tempo responsável pelo Centro da Área Educativa de Vila Real, que já na altura tinha também estudos e se debruçou tecnicamente sobre esta matéria. Afirma que não viu qualquer intervenção sobre algo fundamental, mas viu focado o interesse das Freguesias, viu bairrismos e localismos pessoais, assim como utilizar a frase “envenenar a população”, ou seja, viu tudo menos falar com seriedade deste ponto. Pretende falar com seriedade, olhos nos olhos e sem fazer demagogia, porque a política, na raiz etimológica do termo, é uma arte extraordinariamente nobre. Pergunta se em alguma intervenção, algum Sr. Deputado falou nos alunos, ou se por acaso algum dos Srs. Deputados fez uma reflexão profunda sobre o que é melhor para os alunos. Ouviu reflexões sobre o que é melhor para “a minha terra”, sobre o que é “melhor para o meu umbigo”,

mas não ouviu qualquer reflexão profunda sobre o acto educativo. Não ouviu qualquer reflexão sobre o que será melhor para os alunos do Concelho de Alijó ou o que será condição *sine qua non* para um verdadeiro acto educativo em pleno Século XXI. Indica ainda que não ouviu ninguém falar de expressão físico – motora no 1.º ciclo, nem em informática ou em manuais devidamente actualizados e pagos pelo Estado para que os alunos pobres possam estudar em igualdade de circunstâncias com os alunos ricos; não ouviu falar em segurança alimentar para um aluno que tem que ser deslocado e tem que ser garantida por um refeitório escolar. É de tudo isto que têm de falar quando discutem o reordenamento da rede escolar. Informa que é contra falar deste problemas, focando apenas o fecho de escolas, pois é uma análise extraordinariamente redutora, demagógica, com fins políticos e não técnicos nem pedagógicos. Esclarece que está a falar do que é melhor para os alunos e refere que pelo menos dois Srs. Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia já passaram pela experiência, sendo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Loivos e O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Mendiz, que curiosamente disseram que “isto não é nenhum drama, os alunos da minha Freguesia agora estão melhor porque foram para uma escola onde têm media teca, biblioteca, refeitório escolar, parque desportivo, professores de diferentes formações, onde vão receber formação especializada, em diferentes domínios, dentro de um verdadeiro projecto educativo”. Questiona se alguém falou em projecto educativo ou sabe o que é um projecto educativo e explica que este, implica espaços físicos, recursos humanos, forma articulada de pensar a educação, contudo não viu ninguém pensar de forma articulada. Diz com toda a honestidade e sinceridade que o que o preocupa neste documento são os alunos, porque ele é feito para eles e se não derem uma boa educação aos alunos, não ficam no Concelho, vão para Vila Real ou qualquer outro lugar, onde tiverem esta oferta educativa. Lembra o exemplo paradigmático do Sr. Deputado Telmo Pinto, relativamente a Vale de Mendiz, relativamente ao pré – escolar, onde os pais de Vale de Mendiz, preferem que as suas crianças, desde que nascem até aos seis anos de idade, vão receber a educação pré – escolar em Favaios, porque lhes dá uma melhor oferta, com mais qualidade de serviços e mais adequado ao trabalho dos próprios pais encarregados de educação. É impossível e impraticável que neste País, no Concelho de Alijó, terem doze, vinte ou trinta centros escolares, com tudo que acabou de referir. Dentro do que é possível, é necessário trabalhar o melhor possível para

fornecer essa oferta educativa aos alunos. Esclarece que fala desta forma, por paixão, porque é um profissional da área, porque funciona com o coração e com a razão e porque têm responsabilidades políticas. Enquanto estiver no Executivo, tem que ser uma pessoa responsável e não vai deixar que se delapidem as oportunidades de desenvolvimento económico e educativo em qualquer área do Concelho. Se esta Carta Educativa não fosse aprovada, ao contrário do que disseram alguns Srs. Deputados, não iriam ter nem mais, nem melhor educação. Teriam uma péssima educação, o Concelho de Alijó ia ficar atrasado para sempre porque não ia ter escolas com possibilidade de ter música, informática, expressão física – motora e formar analfabetos funcionais para o futuro. Questiona se é isto que pretendem para os alunos e se é assim que garantem o futuro do Concelho de Alijó. Indica que quando tiver que fechar uma escola, em qualquer localidade do Concelho de Alijó, prefere que essa escola feche ai, mas que ainda haja um pólo em Alijó, onde fiquem as crianças, porque ainda ficam perto dos seus e não há problema com as distâncias, conforme existe hoje em deslocalizar uma criança. Do ponto de vista social, está provado que as crianças que permanecem muito tempo junto do ambiente familiar, são menos preparados para o mundo competitivo em que vivemos. Não é por acaso que se diz que a criança deve ter o pré – escolar, para conviver com outras crianças, noutro contexto, que não o contexto familiar, porque se existem pais que sabem dar uma boa educação e têm um bom ambiente familiar, também há os que não sabem e os filhos quanto mais depressa saírem desse ambiente e se relacionarem em termos de socialização com outras, melhor para o seu crescimento intelectual e cognitivo. Informa que fala com conhecimento científico porque também nesta área, sem puxar galões, tem formação académica superior e estão a tratar de um assunto muito sério, feito por pessoas acima de qualquer suspeita que não têm nada a ver com as tricas pessoais e políticas ou pequenas maledicências do Concelho de Alijó. São pessoas que não conhecem nada disto e fizeram o trabalho de forma absolutamente científica, obedecendo aos critérios solicitados. Na reunião em que este documento foi aprovado, a Câmara teve um voto, pela Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro, os outros representantes, com conhecimento científico da matéria, pessoas supostamente impolutas do ponto de vista intelectual, pessoas que não têm qualquer cargo de carácter político, votaram por unanimidade este documento. Reforça uma vez mais que não estão a falar de um qualquer documento, trata-se do documento mais participado,

melhor elaborado e politicamente mais despartidarizado, que algum dia foi aprovado neste Concelho. Não admite que queiram partidarizar um documento desta natureza, que não é para hipotecar o futuro do Concelho de Alijó, mas para o abrir. Repete uma vez mais que o presente documento não é para fechar escolas, é o que poderia vir a acontecer se esta evolução não for invertida. O documento é para ser posto em prática em 2009/2010, se até esta data houver outro Executivo, outro Conselho Municipal da Educação que queira fazer outras propostas com base em conhecimentos científicos e técnicos adequados de então, este documento será alterado. É demagogia dizer que este documento está a propor fechar escolas, pois não é isso que pretendem. Se a situação se mantiver em 2009/2010, o Ministério vai apostar nos seis pólos já referidos. Indica que os Srs. Deputados se deveriam preocupar se em 2009/2010 ainda existem crianças para alimentar os seis pólos. Esclarece que uma coisa é o encerramento de escolas, outra é o reordenamento da rede escolar. O encerramento de escolas feito pelo Ministério da Educação este ano, contra a vontade do Executivo, fechou um conjunto de escolas e para as fechar teve de escolher escolas de acolhimento. Dentro das escolas de acolhimento, está a escola da Granja, porque não têm ainda em Alijó, no Centro Escolar Integrado de Alijó, capacidade para a fase dois. Na fase três há duas hipóteses: se esta evolução se mantiver, o Estado pode manter a escola da Granja e a de Alijó, com algumas turmas num lado e outras no outro, ou pode manter apenas a de Alijó, porque entretanto na escola da Granja também já não há alunos que justifiquem a subsistência dessa escola, concentrando tudo em Alijó. Para todos os efeitos, em termos de pólos, Granja, é como se fosse Alijó, porque é a mesma Freguesia. Esclarece novamente que são as cinco Vilas e Pegarinhos, mas face à evolução demográfica, pode ser verdadeiramente alterado. Se os pressupostos estatísticos demográficos se mantiverem. Finaliza dizendo que era bom que em 2009/2010, tivessem todos os centros com todas as condições que já referiu, para terem verdadeiros Centros Escolares Integrados, ao nível do que há de melhor no País. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO LUIS CARDOSO:** Questiona o Sr. Presidente da Câmara se os seis pólos, a partir de 2009/2010, são as cinco Vilas e Pegarinhos. -----

-----**DEPUTADA CAROLINA AMÉLIA:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que provavelmente não esteve atento à sua intervenção e não pode concordar quando diz que nenhum Sr. Deputado, nesta Assembleia, se referiu ao interesse das crianças. Em seu entender, referiu-se ao interesse de uma forma específica, particular, às defesas das crianças da sua Freguesia, nomeadamente o problema da distância que dista das aldeias da Freguesia. Referiu-se ainda ao problema alimentar das crianças e ao insucesso escolar. O Sr. Presidente referiu ainda que existia alguma rivalidade entre povos e pessoas, mas não foi essa a sua intenção, quando referiu o número de alunos da Freguesia vizinha, não foi sua intenção criar qualquer rivalidade, até porque tem imensa consideração pela Freguesia de Vilar de Maçada, onde tem alguns familiares, por quem tem imensa consideração. Contudo tem uma má recordação do ensino escolar de Vilar de Maçada, porque quando encerraram as escolas de Vila Verde, a sua filha foi colocada na escola de Vilar de Maçada, onde reprovou. Hoje está na universidade, no entanto a Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, era na altura, directora da referida escola. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Carolina Amélia esclarece que “cada um enfia a carapuça” pois não falou de ninguém em particular. Esclarece que falou em termos pedagógicos e repete que não viu ninguém falar em termos pedagógicos, só falaram dos inconvenientes, esquecendo as vantagens. Esqueceram-se em termos pedagógicos do que é melhor para as crianças. Lembra que relativamente ao que é melhor para as crianças, deu dois exemplos, um do Sr. Deputado Telmo, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Mendiz e outro do Sr. Deputado Albano, Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Loivos. Estes dois exemplos, vêem as coisas pela positiva, com mais capacidades educativas e deu ainda o exemplo do Pré – Escolar em que os pais das crianças preferiram um melhor serviço fora da terra, do que um pior serviço na terra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra à Sra. Vereadora da Educação, após a ter solicitado. -----

-----**VEREADORA DA EDUCAÇÃO:** Esclarece que se a Sra. Deputada tem a filha na universidade e diz que a mesma foi reprovada na segunda classe em Vilar de Maçada, é bom sinal. É sinal que teve critério e chegou à conclusão que ela não tinha bases para prosseguir. Se a tivesse passado de classe, por cunha, agora não estaria onde está, porque a Sra. Deputada transferiu a filha para Vilar de Maçada porque a professora de Vila Verde já a tinha informado que não a passaria de classe e convenceu-se que o conseguiria em Vilar de Maçada. Solicita à Sra. Deputada que não ofenda a sua dignidade profissional. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos*, sendo por maioria com 25 votos a favor, 05 votos contra e 02 abstenções. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Aprovação da Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que de acordo com as novas Normas Comunitárias, a associação de Municípios para poder candidatar-se a projectos de carácter supra – Municipal, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, tem que alterar os seus estatutos. Como é uma Associação de Municípios há uma proposta de alteração que tem que vir a cada Câmara e a cada Assembleia Municipal. Se cada uma não fizesse alteração, a Associação não podia fazê-lo também e não poderia receber as verbas do próximo Quadro Comunitário de Apoio para investimentos de carácter supra – Municipal. Tem também algumas alterações que decorrem da alteração da própria Lei pela inexistência de necessidade de estar a Lei duplicada. Tem ainda a ver com a questão do canil intermunicipal, obra que vai ser feita para as sete Câmaras da Associação de Municípios do Agrupamento Vale Douro Norte, que sem esta alteração não podia ser concretizado. Informa que no Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos, existe um erro, pois onde se lê “Fermentões”, deve ler-se “Fermestes” (Freguesia de Vilar de Maçada). -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições. Não havendo Inscrições coloca a votação o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por unanimidade com 33 votos a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Lê Voto de Pesar apresentado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Loivos, que se transcreve na íntegra: “Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Câmara de Alijó: Entendo que esta Assembleia deveria mandar um Voto de Pesar aos familiares dos Autarcas agredidos que já causou a morte do próprio Presidente. Pedir também a sua Ex.^a Ministro da Justiça para que seja intransigente no castigo para com o agressor. Se isso não acontecer, se hoje já não é fácil arranjar Autarcas, no futuro será impossível. Atenciosamente, Albano Rodrigues Martins Pereira”. Coloca o Voto de Pesar a votação, sendo aprovado por 33 votos a favor. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----